



Apostila sobre Rondônia

SEMED - 2011



PREFEITURA DE
ESPIGÃO DO OESTE

Trabalhando para todos!



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ESPIGÃO DO OESTE
Secretaria Municipal de Educação

Célio Renato da Silveira
Prefeito

João Bueno da Fonseca
Vice-Prefeito

Helena Donini da Costa
Secretária Municipal de Educação

Leonina Rodrigues Moreira de Souza
Diretora de Divisão de Educação e Administração Pedagógica

Adelciy Romlo
Diretora de Divisão de Administração Escolar

Selma Gonçalves Cenci
Diretora da Divisão de Projetos e Planejamento Escolar

Márcia Geralda Mesquita
Diretor da Divisão de Apoio ao Educando

Rosângela Aparecida Miranda
Coordenadora de Execução Orçamentária

Lauçoeni Luzia da Silva
Supervisora

Rosimara R.M. Specia
Coordenadora do AEE

Sérgio Gimenez Leme de Oliveira
Apoio Pedagógico

Luzia de Fátima Queiroz
Ione L. Caetano de Souza Santos
Responsáveis pela Seção de Documentação Escolar

APRESENTAÇÃO

O Prefeito Célio Renato da Silveira, ao assumir a Prefeitura de Espigão do Oeste com o Slogam “Trabalhando para Todos”, preocupou-se em escolher pessoas que possuíssem afinidades com as áreas de cada Secretaria consoante com sua proposta. Foi por comungar com essa proposição e na qualidade de Educadora, que aceitei o convite para assumir a Secretaria Municipal de Educação.

Convicta da função de Secretária de Educação, desde que assumi tenho procurado criar condições para que cada escola, de acordo com sua capacidade, sinta-se desafiada a crescer. E atendendo ao anseio das Escolas é que esta secretaria, num esforço conjunto com a sociedade, procedeu à reformulação da Apostila sobre nosso Estado e Município.

Embora vivendo no século do conhecimento, com acesso a tecnologias que permitem absoluta rapidez na veiculação de informações, ainda se faz necessária a pesquisa em material impresso até porque muitas escolas e alunos não têm acesso à internet.

O principal objetivo desta apostila é contar um pouco da nossa história porque é muito importante conhecer o lugar onde nascemos e moramos para formação da cidadania.

Contudo é importante ressaltar que esta secretaria procurou fontes de pesquisas atualizadas que podem oferecer dados em tempo real, e que por ser um material que pode ser utilizado por toda sociedade, não será restrito à escola.

HELENA DONINI DA COSTA
Secretária Municipal de Educação

ASPECTOS HISTÓRICOS E GERAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O espaço territorial do atual Estado de Rondônia, unidade federativa criada pela Lei nº 41, de 22 de dezembro de 1981, teve como origem o antigo Território Federal do Guaporé, criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas.

O Território Federal do Guaporé foi originalmente criado com uma área de 243.044 km² com terras desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, consolidando-se em definitivo com a sua atual área de 237.576 km² em razão de posterior reincorporação de terras do Estado do Amazonas abrangidas pelos municípios de Lábrea e Humaitá que haviam sido incluídas na área do Território Federal do Guaporé pelo decreto original de sua criação.

A área absorvida pelo Território Federal do Guaporé estava compreendida no contexto geográfico perlustrado pelo sertanista militar Cândido Mariano da Silva Rondon quando das explorações realizado durante os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, região denominada pelo etnólogo Edgar Roquete-Pinto, em 1915, como *Rondônia*, no sentido de que seriam terras desbravadas por Rondon. Em 17 de fevereiro de 1956, pela Lei nº 21.731, de autoria do deputado federal Áureo de Melo, do Estado do Amazonas, o Território Federal do Guaporé passou a ser denominado Território Federal de Rondônia em homenagem ao **Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon**, o notável desbravador de sertões que na época vivia os seus últimos anos de vida.

Localizado na parte ocidental da Amazônia, o Estado de Rondônia limita-se com o Estado do Amazonas ao Norte, com o Mato Grosso e a Bolívia ao Leste e ao Sul, e com a Bolívia e o Acre ao Oeste. Os limites internacionais do Estado com a República da Bolívia são compreendidos por uma extensa linha de fronteiras fluidas, delimitadas pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, no trecho compreendido entre a foz do Cabixi (no Guaporé) e a foz do Abunã (no Madeira), subindo tal linha de fronteira pelo Abunã até o limite com o Estado do Acre, totalizando 1.350 km de fronteiras internacionais.

O Estado de Rondônia é o 13º do Brasil em extensão territorial, com uma superfície superior à de muitos países europeus de importância, sendo banhado pelo rio Madeira, que é o 17º em extensão entre os maiores rios da Terra.

No aspecto econômico, está entre os dez Estados com maior rebanho bovino no país, sendo também um dos maiores produtores de grãos. Ainda persistem em algumas regiões do Estado remanescentes nichos do extrativismo vegetal voltados para a produção da borracha natural, da castanha-do-pará e de algumas outras essências. Há também explorações minerais de cassiterita, topázio, ametista, cristal e diamantes, muito embora tais explorações nem sempre aconteçam de forma legal.

A instalação do Estado de Rondônia deu-se na data de 4 de janeiro de 1982, sendo mantido como seu primeiro Governador o último governante do extinto Território Federal de Rondônia, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que seria substituído três anos mais tarde pelo deputado Ângelo Angelim, governante que transmitiria o cargo ao primeiro Governador eleito pela via direta, o ex-deputado federal Jerônimo Garcia de Santana, que assumiu o cargo em 15 de março de 1987, tendo sido eleito em 15 de novembro de 1986.

A instalação da Assembleia Constituinte do Estado deu-se em 31 de janeiro de 1983, com a posse dos deputados eleitos em 15 de novembro de 1982. A primeira Constituição do Estado foi promulgada no dia 6 de agosto de 1983, data em que foi instalada a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia foi criado com apenas 13 Municípios instalados: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Colorado do Oeste, Vilhena, Costa Marques e Guajará-Mirim. Porto Velho e Guajará-Mirim foram os municípios integrantes da criação do Território Federal do Guaporé. Os demais municípios foram criados durante a década de 1970/80 em decorrência dos projetos de colonização implantados no Território Federal de Rondônia pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

Relevo, Hidrologia e Clima.

O relevo básico do Estado de Rondônia é constituído por planalto e planície, contemplando um moderado declive no sentido sul-norte que vai de 800 a 100 metros de altitude. Cerca de 66% do território estadual encontram-se entre 100-300 metros de altitude, 30% estão entre 300-800 metros e apenas 4% estão abaixo de 100 metros de altitude.

O planalto ocupa a maior parte do território do Estado, tendo na extremidade Norte, o nome genérico de Serra ou Chapada dos Parecis e Serra do Pacaás Novos. Na verdade, trata-se de duas cordilheiras que constituem um só sistema orográfico, parte integrante do Planalto Central brasileiro. Na parte conhecida como Serra do Pacaás Novos, na área do município de Campo Novo de Rondônia, localiza-se o ponto culminante do Estado, no Pico do Tracuí, com 1.120 metros de altitude. Algumas serras da cordilheira constituem os divisores de águas entre as bacias dos mais importantes rios do Estado.

A planície rondoniense, constituída principalmente por vastas extensões de várzeas sujeitas a inundações temporárias, prolonga-se ao longo dos Vales do Guaporé, do Mamoré e do Madeira, com incidências de faixas pantaneiras na região do Guaporé. A hidrografia do Estado é formada basicamente por três bacias de razoável porte, a do Madeira, do Guaporé/Mamoré e do Ji-Paraná ou Machado. A bacia do rio Roosevelt é considerada de caráter secundário, visto que a parte do seu curso em terras de Rondônia é bastante curta. A bacia do Madeira é a coletora que recebe todos os tributários das demais bacias e mais alguns afluentes de importância como o Jamari, o Jaci-Paraná, o Mutum, o Araras e o Ribeirão. De tal modo, pela ordem de importância e de porte, os principais rios de Rondônia são de fato o Madeira, o Guaporé, o Mamoré, o Ji-Paraná ou Machado e o Jamari.

A grande sub-bacia do Guaporé, desde os limites de Rondônia com o Estado do Mato Grosso, é constituída pelos afluentes do Guaporé, pela margem direita, Cabixi, Colorado, Corumbiara, Mequéns, Massaco, São Simão ou Branco, São Miguel, Cautarinho, São Domingos, Ouro Fino e Cautário. Pela margem esquerda, de soberania boliviana, o Guaporé recebe os rios Paraguá, São Simão, Blanco e Machupo, além de alguns ribeirões de importância secundária que fluem da região pantanosa da Bolívia. No curso dessa sub-bacia abrangida pelo Mamoré, deságuam pela margem direita os afluentes rio Sotério, Pacaás Novos, Palheta, Bananeiras e Lajes.

A sub-bacia do Ji-Paraná está encravada na Chapada dos Parecis e é formada pela junção dos rios Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno, com nascentes próximas à cidade de Pimenta Bueno, recebendo ao longo do seu curso os tributários Urupá, Jarú, Machadinho e outros afluentes de menor importância.

O rio Machado (Ji-Paraná), a exemplo dos demais rios de Rondônia, tem parte do seu curso caracterizado como rio de planalto, passando a correr na planície abaixo da cachoeira Dois de Novembro. Conquanto tenha sido usado como

via de penetração para o interior nos tempos dos desbravamentos, somente abaixo da última grande cachoeira o seu curso torna-se francamente navegável até o rio Madeira.

O rio Jamari, cujo curso é mais ou menos paralelo ao curso do Ji-Paraná, era também navegável por embarcações de grande porte até a Cachoeira de Samuel, onde atualmente está construída a Usina Hidrelétrica de Samuel, muito embora fosse navegado por pequenas embarcações na época das explorações dos seringais.

O rio Roosevelt, cujas nascentes promanam das proximidades das nascentes do Ji-Paraná, notabilizado pela Expedição Roosevelt-Rondon que explorou o seu curso entre fevereiro e abril de 1914, tem o sentido de sua corrente de sudeste para o norte, derivando seu curso para o território do Mato Grosso nos quilômetros iniciais da sua corrente até internar-se no Estado do Amazonas, tornando-se um rio de planície que vai desaguar em largo estuário nas proximidades da foz do rio Madeira.

Clima - No Estado de Rondônia predomina o clima equatorial quente e úmido com três meses secos, ocorrendo também em uma pequena faixa no Norte do estado, fronteira com o Estado do Amazonas, a altura dos Municípios de Machadinho'Oeste, Candeias do Jamari e Porto Velho, o clima quente e úmido com 1 a 2 meses secos, bem como o clima quente semiúmido com 4 a 5 meses secos em uma pequenina faixa nos municípios de Colorado do Oeste e Cabixi, na divisa com o Estado de Mato Grosso.

Temperatura - No Estado de Rondônia a temperatura média anual varia de 24º a 26º C, mas nos meses de junho a agosto em razão da invasão do Anticiclone Polar de trajetória continental, e da frente polar dele resultante, muito comum no inverno, surgem abaixamentos térmicos de grande significado regional, conhecido como fenômeno da "friagem", quando mínimas diárias de até 8º C já foram registradas. Nesse período, quando da ocorrência da "friagem" os termômetros já chegaram a registrar 0º C na Chapada dos Parecis.

Pluviosidade - Em Rondônia o total pluviométrico anual excede 2.000 mm, com chuvas de setembro a maio, sendo julho o mês mais seco.

O Relevo - A área compreendida pelo Estado de Rondônia apresenta certos contrastes de configuração que podem ser agrupados em quatro partes distintas:

- a) Planície Amazônica;
- b) Encosta setentrional do Planalto Brasileiro;
- c) Chapada do Parecis;
- d) Vale do Guaporé-Mamoré.

a) Planície Amazônica

A planície Amazônica, dentro do Estado, estende-se desde o extremo Norte nos limites com o Estado do Amazonas e se prolonga nas direções Sul-Sudeste até encontrar as primeiras ramificações das chapadas dos Parecis e Encosta Setentrional. Domina as terras de forma plana planície terciária (terra firme), cuja altitude média é de 90 a 200 metros acima do nível do mar. Sua constituição morfológica é de sedimentos areno-argiloso em sua parte superficial e da natureza argilosa a certa profundidade.

Terrenos sedimentares da idade pliocênica, modelam a planície, encontrando-se nas várzeas, áreas de acumulação constituídas por terrenos recentes correspondentes ao Holocênico.

Os médios e baixos cursos do rio Madeira e seus afluentes se encaixam nesta área, adaptando-se às várias direções em decorrência do surgimento de falhas e fraturas do terreno. Nos baixos cursos, os rios formam extensas planícies de inundações e nas áreas de formações tabulares, descrevem caprichosos meandros, enquanto nos terrenos da Formação Barreiras argilo - ferruginoso, agem dissecando-os, formando barrancos de 5 a 10 metros de altura, nos quais infiltram suas águas provocando desabamentos (fenômeno das terras caídas) e processos de respectivo desmonte e transporte de material em suspensão na corrente líquida.

Os seus médios cursos ao atravessarem os terrenos pré-cambrianos atingem o substrato rochoso originando corredeiras, lajeados e cachoeiras.

b) Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro

Este acidente do relevo do Estado é correspondente a uma faixa de terreno arqueano, constituída de restos de uma superfície de aplainamento rebaixada pelas sucessivas fases erosivas, subdivididas em patamares de altitude entre mais de 100 metros e menos de 600 metros, formando detritos residuais esparsas, colinas de topos plainados, colinas com inselbergs, pontões, afilamentos de granitos, lateritos e matacões de tamanhos variados, morros isolados e esporões de cristas agudas.

Sobre as superfícies plainadas surgem rochas sedimentares (pleistocenas) e depósitos em consequência da erosão provocada por violentas enxurradas, ocorridas em períodos remotos, em decorrência do clima mais seco e por falta da cobertura florestal.

c) Chapada dos Parecis - Pacaás Novos

A chapada dos Parecis-Pacaás Novos constitui a superfície cimeira do Estado, desenvolvendo-se na direção Noroeste - Sudeste é pertencente ao sistema mato-grossense do Maciço Central Brasileiro com altitude acima de 300, e entre 600 a 900 metros, com pontos culminantes acima de 1.000 m.

A Chapada é originária de uma antiga área de deposição, soerguida e entalhada pela erosão por intenso processo de movimentos diastróficos de caráter epirogenético, originando falhamento e diaclasamento do relevo, como: superfície cimeira entalhada de rochas correspondentes às partes mais elevadas; restos de antigas superfícies deformadas por desdobramentos de grandes raios de curvaturas bastante dissecada e delimitadas por falhas; e patamares de erosão antiga glacial escalonadas.

Vários rios nascem em suas encostas Sul e Oeste descendo na direção do rio Guaporé. A Chapada serve de divisória de águas entre as bacias do rio Jaci - Paraná e dos rios Guaporé - Mamoré, do rio Ji-Paraná e do Roosevelt.

d) Vale Do Guaporé-Mamoré

Vale do Guaporé-Mamoré é uma vasta planície dissimétrica de forma tabular, formada por terrenos sedimentares recentes, cuja altitude média fica entre 100 a 200 metros. Estende-se desde o sopé das chapadas dos Parecis e Pacaás Novos no Estado de Rondônia, até atingir os primeiros contrafortes dos Andes, na República da Bolívia; na direção Sudeste se prolonga pelo Estado de Mato Grosso. A porção pertencente ao Estado é restrita, fica limitada na direção Leste - Oeste entre a Chapada dos Parecis e rios Guaporé e Mamoré, ambas as linhas de limite entre o Brasil e a Bolívia; na direção Norte - Sul, entre a Encosta Setentrional e rio Cabixi, nos limites com o Estado de Mato Grosso.

Esta região é constituída por terrenos alagadiços, associados a platôs mais elevados. É drenada pelas águas dos rios Guaporé, Mamoré e pelos baixos cursos de seus afluentes. As enchentes dos rios inundam dezenas de quilômetros das áreas mais baixas, formando lagos temporários e amplos meandros divagantes de escoamento bastante complexo.

Hidrografia

A hidrografia de Rondônia é formada por três bacias principais (bacia hidrográfica do Rio Madeira, bacia hidrográfica do Rio Guaporé/Mamoré e bacia hidrográfica do Rio Ji-Paraná ou Machado) e uma bacia secundária (bacia hidrográfica do Rio Roosevelt ou Rio da Dúvida).

Bacia Hidrográfica do Rio Madeira - É formada pelo Rio Madeira, principal afluente da margem direita do Rio Amazonas, e seus afluentes. Formado pelo encontro dos Rios Beni e Mamoré, rios bolivianos que nascem na Cordilheira dos Andes, o Rio Madeira não é um rio totalmente rondoniense, como o Ji-Paraná, pois banha boa parte do Estado do Amazonas, onde desemboca.

O Rio Madeira chega a possuir largura máxima de 8 km e profundidade de 10 m, com o seu débito variando de 40.000 m³/seg. no período de chuvas, a 4.000 m³/seg. nos meses secos.

São seus afluentes mais importantes da margem esquerda, no território rondoniense, o Rio Abunã, Rio Ferreiros, Igarapé São Simão, Rio São Lourenço, Rio Caripunas, Igarapé Maparaná, Igarapé Cuniã e o Rio Aponiã.

Em solo rondoniense os afluentes mais importantes da margem direita são: Rio Ribeirão, Igarapé da Araras, Rio Castanho, Rio Mutum-Paraná, Igarapé Cirilo, Rio Jaci-Paraná, Rio Caracol, Rio Jamari, Igarapé Mururé e Rio Ji-Paraná.

Bacia Hidrográfica dos Rios Guaporé e Mamoré - É formada pelos Rios Guaporé e Mamoré e seus afluentes da margem direita que correm em terras de Rondônia. O Rio Guaporé nasce na Chapada do Parecis no Estado do Mato Grosso, no divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Amazonas e do Rio da Prata, penetra em território rondoniense a partir da foz do Rio Cabixi até encontrar o Rio Mamoré, que desce dos Andes Bolivianos, e daí em diante segue com o nome de Mamoré até o encontro com o Rio Beni para formar o Rio Madeira.

O Rio Guaporé e o Rio Mamoré separam Rondônia da Bolívia e são seus afluentes da margem direita, lado rondoniense, o Rio Cabixi, Rio Escondido, Rio Mequéns, Rio Massaco, Rio Baía Rica ou São Simão, Rio Branco, Rio Bacabalzinho, Rio São Miguel, Rio Cautarinho, Igarapé da Coca, Rio Sotério, Igarapé Grande, Rio Pacaás Novos, Rio Bananeiras e o Rio da Laje.

Bacia Hidrográfica do Rio Ji-Paraná ou Machado - O Rio Ji-Paraná ou Machado nasce e termina em solo rondoniense; suas nascentes estão localizadas na Chapada dos Parecis, no Planalto de Vilhena, onde nascem os Rios Pimenta Bueno ou Apidiá (nome indígena) e Barão de Melgaço ou Comemoração de

Floriano, que vão se juntar, à altura da cidade de Pimenta Bueno, para formar o maior rio rondoniense em extensão.

O Rio Ji-Paraná ou Machado atravessa Rondônia no sentido sudeste-norte, indo desembocar no Rio Madeira, próximo à Vila de Calama. São afluentes da sua margem esquerda o Igarapé Marreta, Igarapé Luiz de Albuquerque, Igarapé Jassuarana, Rio São Pedro, Rolim de Moura ou Antônio João, Rio Muqui ou Ricardo Franco, Igarapé Primavera, Igarapé Bandeira Preta, Rio Urupá, Igarapé Nazaré, Rio Boa Vista, Igarapé Toledo ou Jacaré, Rio Juruá e o Rio Preto/Jacundá. Na margem direita são afluentes o Riozinho, Igarapé Pirara, Igarapé Grande, Igarapé Leitão, Ribeirão Riachuelo, Igarapé da Prainha, Igarapé Lourdes, Igarapé Jatuarana, Igarapé Água Azul, Igarapé Cajueiro, Igarapé Tarumã, Rio São João, Igarapé Traíra e Igarapé São Rafael.

Bacia Hidrográfica do Rio Roosevelt ou Rio da Dúvida - Esse rio apenas nasce em Rondônia, no Planalto de Vilhena (Chapada dos Parecis) e pequena parte de sua bacia hidrográfica está localizada no estado. São afluentes da margem direita, em território rondoniense: o Igarapé Três Buritis, Córrego da República, Rio Buritiram, Rio Água Branca e Rio Capitão Cardoso e na margem esquerda o Ribeirão Taunay e Rio Kent.

RELEVO II - SEGUNDO JURANDYR L. ROSS

O relevo do Estado de Rondônia varia de alguns metros acima do nível do mar até altitudes acima de 1.000 m. O ponto mais alto de Rondônia está localizado na Serra dos Pacaás Novos, com altitude de 1.126 m, é o pico Jaru.

O Estado de Rondônia possui relevo de aspecto geomorfológico variado, apresentando Planícies ou Várzeas Amazônicas, Depressão do Solimões, Depressão da Amazônia Meridional, Planalto Residual da Amazônia Meridional, Planalto dos Parecis, Depressão do Guaporé e Planície e Pantanal do Guaporé.

Planícies ou Várzeas Amazônicas - Localizadas nos Municípios de Candeias do Jamari e Porto Velho, segundo o IBGE "... compreendem áreas periodicamente inundáveis e, quando altas e florestadas, refletem níveis de terraços fluviais, contendo ainda, "furos", "paraná", lagos de várzea e de barragens".

Depressão do Solimões - ocupa área nos Municípios de Candeias do Jamari, Cujubim, Jamari, Machadinho d'Oeste e Porto Velho onde, segundo o IBGE, "as feições geomorfológicas predominantes são extensas superfícies dissecadas em interflúvios tabulares de média a fraca intensidade de aprofundamento da drenagem"

do Rio Madeira. "Ocorrem faixas rebaixadas de interflúvios com características colinosas nas proximidades das Planícies Amazônicas. A Depressão dos Solimões se compõe de argilitos, siltitos e arenitos de idade plioleleistocênica, pertencentes à Formação Solimões".

A rede de drenagem do Rio Madeira "...tem padrões meândricos...", "contendo largas faixas de planícies com extensos níveis de terraços, componentes da unidade Planícies Amazônicas".

Depressão da Amazônia Meridional - Ocupa parte dos Municípios de Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre do Parecis, Alto Paraíso, Alvorada d'Oeste, Ariquemes, Burity, Cacaúlândia, Cacoal, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Costa Marques, Espigão d'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jamari, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho d'Oeste, Nova Mamoré, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Santa Luzia d'Oeste, São Felipe d'Oeste, Seringueiras, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Anari e Vale do Paraíso, e segundo o IBGE "caracteriza-se por áreas do Pediplano Pleistocênico mais conservadas, com caimento topográfico em direção a drenagem, apresentando, em vales encaixados, interflúvios aplainados e inselbergs, geralmente esculpidos em rochas pré-cambrianas".

Planalto residual da Amazônia Meridional - Ocupa áreas localizadas na Serra dos Pacaás Novos e Serra dos Uopiânes (Municípios de Alvorada d'Oeste, campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Brasilândia d'Oeste, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé, Seringueiras); na Serra Grande, Serra Machado, Serra da Providência e Serra Tarumã (Municípios de Cacoal, Ji-Paraná, Presidente Médici, Ministro Andreazza); na Serra do Caneco (Municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Vale do Paraíso); e na Serra Azul, Serra do Peri, Serra Sargento Paixão, Morro dos Macacos, Morro do Quartzito, (Municípios de Cacoal, Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno e Vilhena) e segundo o IBGE são "relevos residuais de uma superfície de aplainamento. Configuram topos planos conservados em interflúvios tabulares de rebordos erosivos abaulados, em altitudes acima de 400 m, e serras talhadas em rochas pré-cambrianas de origem vulcânica, subvulcânica e metamórfica, representadas por granitos, riolitos, granodioritos, gnaisses, migmatitos e arenitos arcoseanos.

Planalto dos Parecis - Ocupa áreas localizadas nos Municípios de Alta floresta d'oeste, Alto Alegre dos Parecis, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Chupinguaia, Nova Brasilândia d'Oeste, Parecis, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Santa Luzia d'Oeste e Vilhena, e segundo o IBGE com "...litologias cretácicas das formações Tapirapuã e Salto das Nuvens (Grupo Parecis). Compõe-se de basaltos e diabásios intercalados com arenitos e outros tipos de rochas, formando patamar rebaixado limitado por escarpas estruturais".

Depressão do Guaporé - Ocupando áreas dos Municípios de Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Guajará-Mirim, Pimenteiras do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Vilhena, segundo o IBGE, "...onde os processos de erosão truncaram indistintamente, litologias do Pré-cambriano ao Carbonífero".

Áreas Atualmente Desaconselháveis à Utilização Agrícola - Possuem limitações muito fortes de solos e/ou topografia, ocorrem em parte das margens dos Rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Ji-Paraná ou Machado e Roosevelt; na Serra dos Pacaás Novos, nos Municípios de Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Costa Marques, Candeias do Jamari, Cerejeiras, Cujubim, Espigão d'Oeste, Guajará-Mirim, Jarú, Ji-Paraná, Machadinho d'Oeste, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Porto Velho, Vale do Anari e Vilhena, onde, segundo o IBGE predominam solos com limitações muito fortes ou áreas com topografia muito movimentada, que as tornam atualmente desaconselháveis à utilização agrícola. São áreas praticamente sem potencial para práticas agrícolas, por apresentarem, em geral, uma ou mais das seguintes restrições: fertilidade natural muito baixa, teores elevados de sais solúveis, solos rasos, pedregosidade, rochosidade, textura arenosa, topografia montanhosa e escarpada, riscos de inundações e deficiência de drenagem."

Flora e Fauna

A floresta equatorial é predominante em Rondônia, com algumas ocorrências de cerrado nas áreas mais altas das chapadas. Uma parcela considerável do território do Estado é ocupada por zonas de bosques de transição entre a Amazônia e o espaço extra-amazônico, com um substrato arbustivo menos denso. A floresta do Estado consiste de matas ciliares, matas de várzea, matas de cerrado e matas de terra firme.

Nas matas de terra firme é que medram as principais espécies de *madeira de lei* como mogno, imburana, cumaru-ferro (garapeira), jatobá, maracatiara, roxinho, cedro, taúba, angelim, ipê, peroba, aroeira, angico, além de variedades de outras árvores como a seringueiro, o caucho, a balata, o açacu, a abiorana, a samaúma, a maçaranduba, a castanheira, a copaíba, a gameleira, o bacuri e outras de grande porte.

Há também nas florestas de Rondônia uma considerável variedade de palmeiras como o babaçu, o buriti, o tucumã, o marajá, o tucum, a paxiúba barriguda, a paxiubinha, o ouricuri, o anajá, a jarina e outras.

No que tange à fauna de Rondônia, com irrelevantes exceções de espécies endêmicas de outras regiões do Brasil, predomina a fauna comum à maior parte da Amazônia e do cerrado, com notada escassez de certas espécies que foram muito pressionadas pela caça intensa durante os ciclos econômicos do extrativismo da borracha, como o grande cervo campeiro.

Os macacos são encontrados em espécies como guariba, macaco-prego, macaco-de-cheiro, macaco-aranha, barrigudo, sagui, cuxiú, parauaçu, zogue-zogue e outros.

Os felinos e outros carnívoros são bem numerosos nas florestas ainda pouco exploradas, entre os quais a onça pintada, a onça parda, a onça preta, o jaguatirica, a lontra, a ariranha, a irara, a raposa e outros mais raros.

Há uma considerável variedade de roedores como a paca, a cutia, o preá, o porco-espinho (ouriço-cacheiro), ratos selvagens e até o maior dos roedores, a capivara, espécie presente em áreas ribeiras de todos os rios de Rondônia.

Existem também animais de espécies como o tamanduá-bandeira e outras variedades de tamanduás, o tatu, o caititu, o queixada, a anta, o veado roxo, o veado capoeiro e algumas espécies de veados pouco conhecidas ainda, supostamente em decorrência de cruzamentos exógenos entre espécies diferentes, talvez em decorrência da pressão da caça em alguma época que teria dizimado as espécies mais apreciadas como os veados capoeiros e embaúbas em proveito de espécies pouco caçadas como os veados roxos, cuja carne nunca foi muito apreciada e ainda por cima carregava o estigma de que transmitia *panema* (má sorte para a caça) aos caçadores que o matavam.

Os répteis são também numerosos na fauna do Estado, entre os quais o jacaré, o jabuti, a tartaruga, o tracajá, além de muitos ofídios como a surucucu

pico-de-jaca, a coral, a jararaca e muitas outras cobras peçonhentas. Há também muitas jibóias, sucuris, caninanas e outras cobras do gênero *Boa*.

As aves são também muito numerosas, tanto as aves de florestas de terra firme como as aves de regiões ribeiras e pantanais. Há uma grande variedade de psitacídeos como a arara vermelha, a arara canindé, a ararinha, o papagaio, o periquito, a maracanã e outros.

Há também aves como o tucano, o mutum, o jacu, o cujubim, a cigana, o jacamim, a inambu-açu, a inambu-galinha, a inambu-macucal, a inambu preta e o macuco. As aves de rapina são numerosas, entre as quais o urubu, o urubu-rei, o gavião vermelho, o gavião pedrez, o carcará e o gavião-real (*Harpia*), considerado pelos ornitólogos como a maior águia do mundo.

Na fauna aquática predominam os bagres como a piraíba, a pirarara, o surubim, o caparari, o jaú, o mandubé, o dourado e outros de menor porte. Entre os peixes de escama há o tambaqui, a pirapitinga, o pacu, o tucunaré, a piranha, o cará, o piau, a jatuarana e o jaraqui. As únicas espécies de mamíferos aquáticos que podem ser encontradas nos rios de Rondônia são os botos vermelhos e os botos cinza.

Vegetação

O Estado de Rondônia possui vegetação variada, apresentando regiões de Floresta Ombrófila Aberta (Floresta de Transição); de Floresta Ombrófila Densa (Floresta Amazônica); de Floresta Estacional Semidecidual (Mata Semicaducifolia); de Savana (Cerrados/Campos); e de Áreas das Formações Pioneiras de Influência Fluvial (Vegetação Aluvial).

Floresta Ombrófila Aberta (Floresta de Transição) - Ocupa a maior parte do território rondoniense, principalmente a região central, norte, sul e leste, e segundo o IBGE caracteriza-se "... por apresentar quatro fisionomias: cipóal (floresta de cipó), cocal (floresta de palmeiras), bambuzal (floresta de bambu) e sororocal (floresta de sororoca); ocorre em área de floresta de clima semelhante à Floresta Ombrófila."

Floresta Ombrófila densa (Floresta Amazônica/Floresta Atlântica) - Ocupa pequenas áreas na região central do território; na divisa do Município de Ji-Paraná com o Estado do Mato Grosso, no divisor de águas do Rio Ji-Paraná com o Estado do Mato Grosso, no divisor de águas do Rio Ji-Paraná ou Machado Roosevelt; e na divisa do Município de Porto Velho com Estado do Amazonas, na altura dos Distritos de Jaci-Paraná e Abunã; e segundo o IBGE caracteriza-se por

apresentar "...árvores de médio e grande porte bem adensadas, várias palmeiras, trepadeiras lenhosas e epífitas (por exemplo espécies de Bromeliáceas e Orquidáceas) que ocorrem sob um clima sem período seco."

Floresta Estacional Semidecidual (Mata Semicaducifólia) - Ocupa área do sul do estado, nos Municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara e Pimenta Bueno, e segundo o IBGE apresenta uma "... porcentagem de árvores caducifólias no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente, situa-se entre 20% a 50% na época desfavorável".

Savana (Cerrado/Campos) - Ocupa áreas entre os Municípios de Vilhena e Pimenta Bueno, na região central do estado, na divisa do Município de Machadinho d'Oeste com os Estados do Amazonas e Mato Grosso, e na divisa do Município de Porto Velho com o Município de Humaitá, no Estado do Amazonas; e segundo o IBGE "...caracteriza-se por apresentar árvores baixas e tortuosas, casca grossa e rugosa, com folhas grandes e duras, revestindo um tapete graminoso contínuo."

Área das Formações Pioneiras de Influência Fluvial (Vegetação Aluvial) - Ocupa área localizada no Rio Guaporé, nos Municípios de Cerejeiras, Alta Floresta d'Oeste e Costa Marques; e segundo o IBGE, caracteriza-se por apresentar "...vegetação que instala neste ambientes variando de acordo com a intensidade e duração da inundação, apresentando fisionomia arbustiva ou herbácea. Na fisionomia arbustiva dominam os gêneros Acácia e Mimosa, além das famílias Solanaceae, Compositae e Myrtaceae, e na Herbácea Typha, Cyperus, Juncus, Panicum, Paspalum e Thalia".

POVOAMENTO, POVOS PRIMITIVOS E POPULAÇÃO.

O processo de conquista e povoamento do espaço geográfico atualmente ocupado pelo Estado de Rondônia seguiu rigorosamente o padrão do método europeu de colonização levado a cabo no Novo Mundo. A rigor, não houve no processo de povoamento da região a absorção de povos nativos, mas sim a supressão por afugentamento das múltiplas etnias autóctones que originariamente foram os ocupantes primitivos deste espaço geográfico.

Há registros históricos algo controverso de que o primeiro explorador português que percorreu o Vale do Guaporé foi Aleixo Garcia, no século XVI, por volta de 1524, resultando de tal exploração a sua morte nas mãos dos indígenas que povoavam a região. Talvez em razão de tal desfecho trágico, à falta de registros

mais positivos de sua aventura, a viagem de Aleixo Garcia pelo Vale do Guaporé foi mais tarde considerada como lendas por historiadores mais ortodoxos. No entanto, também ainda no século XVI, entre 1541 e 1542, há registros menos contestados de que o explorador espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca percorreu o Vale do Guaporé em viagem que começou pelo rio Paraguai. Contudo, alguns autores atribuem as explorações de 1541/1542 ao espanhol Nuflos de Chávez. De igual modo, em meados do século XVII, entre 1648 e 1650, o bandeirante Antonio Raposo Tavares, saindo de São Paulo, percorreu os Vales do Guaporé, do Mamoré e do Madeira, atingindo o rio Amazonas e chegando até Belém, havendo passado seguramente por terras que hoje integram o Estado de Rondônia. Tais expedições, porém, foram nitidamente em caráter de reconhecimento, não se caracterizando qualquer tentativa de fixação do colonizador europeu nas regiões exploradas.

Foi no século XVIII, no auge do ciclo econômico da mineração e do bandeirantismo, que os primeiros habitantes se fixaram nas proximidades do Alto Guaporé, procedentes das minas de ouro descobertas em Cuiabá, ocupando os arraiais mineiros de São Francisco Xavier, Santa Ana, Nossa Senhora de Pilar, Lavrinhas e outros na região que ficou celeberramente conhecida como as Minas do Mato Grosso, nos arredores de Pouso Alegre, onde seria fundada anos mais tarde Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital da Capitania do Mato Grosso.

Já em 1718, pouco antes das descobertas das minas do Arraial do Bom Jesus de Cuiabá, o bandeirante Antonio Pires de Campos devassou a Chapada dos Parecis, sem estabelecer nenhum acampamento de morada. Poucos anos mais tarde, entre 1722 e 1723, o sargento-mor Francisco de Mello Palheta, partindo de Belém do Grão-Pará, subiu o Amazonas e penetrou pelos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé, estabelecendo contato entre o litoral atlântico e as Minas do Mato Grosso. Na expansão contínua do bandeirantismo, em 1743, os bandeirantes Antonio Almeida Morais e Tristão da Cunha Gago estabeleceram o primeiro arraial de mineração de ouro no rio Corumbiara, afluente do Guaporé que desemboca abaixo da atual cidade de Pimenteiras do Oeste. Tal registro confirma que a ocupação do espaço geográfico do atual Estado de Rondônia teve início de fato na primeira metade do século XVIII, pouco antes da criação da Capitania do Mato Grosso (1746) e do Tratado de Madri (1750) que assegurou à Coroa de Portugal a posse definitiva das terras situadas na margem oriental do Guaporé.

Ao assumir seu posto como primeiro Governador da recém-criada Capitania do Mato-Grosso em 1752, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, após

fundar a capital da Capitania em 19 de março do mesmo ano, no antigo sítio de Pouso Alegre, à margem direita do Guaporé, realizou uma viagem de inspeção pelo rio em 1754, quando desalojou os Jesuítas espanhóis da Missão de Santa Rosa, a jusante da foz do Itonamas ou Machupo, fundada pelos castelhanos em 1743 logo após a ocupação pelos lusitanos das minas de ouro do rio Corumbiara. Ao desalojar os espanhóis da Missão de Santa Rosa, D. Rolim de Moura ordenou a ocupação do local por uma guarnição e tomou providências no sentido de construir um fortim logo abaixo do antigo sítio ocupado pelos Jesuítas, consolidando a ocupação e a posse em definitivo da margem direita do Guaporé naquela região.

Ao retornar à Vila Bela, Rolim de Moura ordenou também a ocupação de Pedras Negras por uma pequena guarnição militar no mesmo ano de 1754, marcando assim o povoamento lusitano no médio e no baixo Guaporé em meados do século XVIII.

Em 1760, Rolim de Moura fundou o fortim de Nossa Senhora da Conceição, três quilômetros abaixo da antiga Missão de Santa Rosa. Nos anos seguintes, a despeito do constante assédio das forças espanholas, o povoamento nos arredores do Fortim de Conceição foi mantido por Rolim de Moura e seus sucessores, até que D. Luís Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quarto Governador da Capitania do Mato Grosso, deu início às obras de construção do Real Forte do Príncipe da Beira no local onde havia sido a Missão de Santa Rosa.

Para viabilizar a construção da fortaleza do Príncipe da Beira, cujas obras duraram de 20 de junho de 1776 a 15 de agosto de 1783, fez-se necessário conduzir para a região guaporeana um grande contingente de operários e alguns engenheiros, entre os quais Domingos Sambucetti, o responsável inicial pelos projetos da grande construção. Esse considerável contingente humano, composto basicamente por uma maioria de escravos, contribuiu de forma decisiva para consolidar o povoamento da região do Vale do Guaporé. Encerrados os trabalhos de construção da fortaleza, que nunca foi inteiramente concluída, a cidadela foi ocupada por guarnições militares por mais de um século, até ser abandonada por volta de 1895, alguns anos depois da proclamação da República, quando a região já estava sendo ocupada pelas levas de seringueiros do primeiro ciclo econômico da extração da borracha, contingentes humanos que se estabeleceram pelos Vales do Madeira, Mamoré, Guaporé e todos os principais afluentes do Madeira e de seus tributários.

O primeiro ciclo econômico da borracha resultaria na ocupação da região do Acre pelos seringueiros do Brasil, culminando no conflito que foi encerrado pelo Tratado de Petrópolis, assinado entre o Brasil e a Bolívia em 17 de novembro de 1903. Do Tratado de Petrópolis resultou a obrigação de o Brasil fazer construir a Estrada de Ferro Madeira- Mamoré, obra iniciada em 1907 no sítio onde cresceria a cidade de Porto Velho. O traçado da ferrovia ficou estabelecido entre Porto Velho e Guajará-Mirim, povoado situado acima do trecho encachoeirado do Madeira, que tinha o nome de Esperidião Marques.

Em concomitância com tais acontecimentos históricos, no mesmo ano de 1907, o então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon inicia a construção da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso - Amazonas, um dos mais arrojados projetos de integração nacional do Brasil em todos os tempos, obra que resultaria na pacificação de numerosas tribos indígenas e daria origem à estrada de penetração que décadas mais tarde serviria de traçado original da BR-364.

As obras de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré foram concluídas no ano de 1912, na mesma época em que os trabalhos de construção da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso-Amazonas já se encontravam no seu final, na extensão do ramal de Porto Velho para Abunã e Guajará-Mirim, tendo a sua conclusão e inauguração em 1915. Na mesma época da conclusão dos dois grandes projetos de construção, em razão do início da produção de borracha em seringais asiáticos cultivados com sementes pirateadas do Brasil, os preços da borracha da Amazônia sofreram uma grande queda que causou a ruína da maioria dos seringais nas décadas seguintes, culminando com a crise da queda da Bolsa de Nova York em 1929 e o conseqüente abandono do contrato de arrendamento da ferrovia pela empresa inglesa que administrava o empreendimento, ocasionando a nacionalização administrativa da Madeira-Mamoré em 10 de julho de 1931. Sob a administração estatal a Ferrovia Madeira-Mamoré permaneceu funcionando até a sua extinção definitiva em 1972.

No entanto, a Linha Telegráfica Estratégica construída pela Comissão Rondon, que envolvia uma estrada de penetração com quase mil e quinhentos quilômetros de extensão, não recebeu do governo revolucionário chefiado por Getúlio Vargas o mesmo tratamento dispensado à Madeira-Mamoré no sentido de sua preservação, até porque a linha telegráfica ao ser concluída já se encontrava obsoleta, pois novos sistemas de radiocomunicação já estavam em uso quando da sua conclusão. Até mesmo por falta de recursos para a manutenção do gigantesco

empreendimento de integração, o governo ainda provisório de Getúlio Vargas preferiu ignorar os enormes sacrifícios que haviam sido dispendidos na construção da Linha Telegráfica, preferindo ignorar a importância dos núcleos de povoamento implantados ao longo da linha-tronco do telégrafo, comunidades pioneiras que na década de 1970 seriam afinal transformadas em florescentes cidades como Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes, todas originadas de antigos núcleos implantados pela Comissão Construtora de Linhas Telegráficas chefiada pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial na Europa, em setembro de 1939, ensejaria nos anos seguintes a invasão dos seringais do Sudeste da Ásia pelos japoneses, aliados dos alemães, ocasionando a escassez da borracha no mercado mundial, situação que levou ao chamado *Acordos de Washington*, viabilizando a reativação dos seringais da Amazônia no início da década de 1940, tendo como principal desdobramento a criação na Amazônia dos Territórios Federais do Guaporé, Amapá e Rio Branco. Os Territórios do Guaporé e Rio Branco seriam depois denominados Território Federal de Rondônia e Território Federal de Roraima, denominações que passaram aos Estados posteriormente criados a partir de tais unidades federativas.

Na área onde foi criado o Território Federal do Guaporé, em 1943, havia ainda uma considerável variedade de tribos indígenas pouco conhecidas, entre as quais podem ser citadas os *Caripuna*, os *Pakáas Novos*, os *Jarus*, os *Karitiana*, os *Tupari*, os *Makurape*, os *Jabuti*, os *Parecis*, os *Uru-Eu-Wau-Wau*, os *Tubarão Latundé*, os *Cinta-Larga*, os *Suruí*, os *Gaviões*, os *Araras* e outros grupos e subgrupos de menor relevância. Algumas dessas tribos representavam grupos da numerosa e diversificada nação indígena *Nhambiquara*, pacificada pela Comissão Rondon durante os trabalhos de construção da Linha Telegráfica.

O novo ciclo econômico de exploração da borracha colocou os exploradores de seringais em franco conflito com muitas dessas tribos arredias que dificultavam a penetração dos seringueiros em quase todos os afluentes da bacia do Madeira, do Guaporé, do Ji-Paraná e do Roosevelt. Esses conflitos se arrastaram até a década de 1970 quando o INCRA começou a implantar os grandes projetos agrícolas que viabilizariam a consolidação do povoamento e a conseqüente criação do Estado de Rondônia.

Atualmente, com exceção de alguns grupos da etnia Uru-Eu-Wau-Wau, remanescentes nas cordilheiras das nascentes dos rios Cautário, Jamari, São Miguel

e Pacaás Novos, não há mais informações seguras de que existam no Estado de Rondônia tribos indígenas desconhecidas e não contactadas.

O processo de povoamento de Rondônia foi relativamente lento até a década de 1970, quando passa por uma acelerada progressão em razão da chegada à região de centenas de milhares de migrantes procedentes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e até mesmo do Centro-Oeste.

Os números censitários mais confiáveis indicam que o Território Federal do Guaporé tinha 20.000 habitantes em 1945, 36.000 habitantes em 1950, 69.792 habitantes em 1960, 116.000 habitantes em 1970, 154.000 habitantes em 1973, 250.000 habitantes em 1975, 491.069 habitantes em 1980, 1.132.692 habitantes em 1990, 1.379.787 habitantes em 2000 e 1.562.000 habitantes em 2005. É bem expressivo o crescimento demográfico que a região do Território experimenta na década de 1970, chegando a dobrar a população no espaço de cinco anos. Tal tendência de aumento populacional seria mantida e até acelerada na década de 1980. Quando o Estado de Rondônia foi criado, em 22 de dezembro de 1981, a população já havia atingido a quantidade de quase meio milhão de habitantes, número que seria quase triplicado ao chegar à década de 1990. Arrefecido o fluxo migratório, a população do Estado conta atualmente em torno de um milhão e seiscentos mil habitantes, devendo ultrapassar a marca de dois milhões de habitantes muito brevemente em razão da construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira.

PERSONALIDADE

O MARECHAL RONDON

“Morrer se preciso for, matar nunca”



acervo: Jkerdy

Cândido Mariano da Silva, nasceu na sesmaria do Morro Redondo, localidade de Mimoso, arredores de Cuiabá, MT, no dia 05 de maio de 1865. Aos 16 anos de idade era professor primário. Órfão de pai, foi adotado por um tio, de quem incorporou o nome Rondon, aos 25 anos de idade. Formou-se oficial do Exército e engenheiro-militar, diplomado em matemática e ciências físicas e naturais na Escola Militar do Rio Vermelho, no Rio de Janeiro. Como 2º tenente participou da proclamação da República, ao lado do Marechal Deodoro da Fonseca. Em 1890 retornou a Cuiabá e, por indicação do tenente-coronel Benjamin Constante, foi nomeado ajudantes-de-ordens do tenente-coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, chefe da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas de Goiás ao Mato Grosso.

No ano de 1900, no posto de major, Rondon assumiu a chefia desta Comissão em substituição a Gomes Carneiro, destacado para comandar as tropas federativas que lutavam no Rio Grande do Sul, onde veio a falecer. Nesse cargo, que exerceu até 1906, Rondon instalou 11.800 quilômetros de linhas telegráficas.

Em 1907, o presidente da República, Afonso Pena, em reconhecimento aos seus serviços, nomeou-o chefe da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, com a missão de ligar a Bacia do Prata à do Amazonas. Essa comissão ficou internacionalmente conhecida por Comissão Rondon.

Para implantar a linha telegráfica, seção Cuiabá / Santo Antônio do Rio Madeira, com ramal em Guajara-Mirim, a primeira expedição da Comissão Rondon chegou ao sertão dos Parecis em 07 de setembro de 1907, fixou acampamento às margens do rio Juruena e implantou a primeira estação telegráfica. No ano seguinte, Rondon organizou sua segunda expedição. Em 1908, com a terceira, alcançou o vale do Madeira. No dia 25 de dezembro daquele ano, já estava na Vila de Santo Antônio do Rio Madeira, ponto final da sua missão. Por volta de 1916, o Mato Grosso e parte do Amazonas estavam ligados ao restante do país por linhas telegráficas. Foram 2.270 quilômetros de linhas e vinte e oito estações telegráficas implantadas.

Militar e sertanista, Cândido Mariano da Silva Rondon realizou um trabalho de vinte anos, cujos resultados incluem um levantamento de cinquenta mil quilômetros, duzentas novas coordenadas geográficas, doze rios descobertos, além de minas de ouro, diamante e manganês. Suas expedições penetraram em várias

direções, cerca de 1.500 km nos sertões mato-grossenses, que incidem a maior parte das terras formadoras do Estado de Rondônia, e 1.800 km no Amazonas.

Descendente dos índios Terenas, Guanás e Bororos, Rondon considerava desumana a exploração do trabalho indígena por particulares. Tanto quanto possível, procurou evitar a utilização de índios no trabalho de implantação da rede telegráfica. Tinha como lema em relação aos povos indígenas, “morrer se preciso for, matar nunca”.

Por tudo isto, fundou em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, SPI, do qual foi o primeiro diretor. Os índios o chamavam de “O Grande Chefe”. Sempre à altura da confiança indígena, implantou, em 1952, o Parque Nacional do Xingu.

A Comissão Rondon, além de implantar as linhas e estações telegráficas, realizou importantes pesquisas geográficas e científicas, estudando a fauna, a flora, o solo e o subsolo dos sertões mato-grossenses. Entre suas descobertas, destacam-se as legendárias Minas de Urucumacã, no sertão dos Parecis.

Mas Rondon foi mais além. Em 1913 acompanhou o ex-presidente dos Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt, em sua expedição à Amazônia, que teve seu ponto alto no mapeamento do rio da Dúvida, afluente do rio madeira, hoje denominado rio Roosevelt. Acusado de punir fisicamente os membros insubmissos de suas expedições foi submetido a um Conselho de Guerra que terminou por absolvê-lo.

Em 1924, aos 59 anos de idade, foi promovido a general-de-brigada. Em 1927, assumiu o cargo de Inspetor de Fronteiras. Mas, foi duramente perseguido pelo governo Vargas por não haver apoiado a revolução de 1930. Positivista, Rondon não admitia golpes contra governos constituídos e manteve-se fiel ao presidente deposto, Washington Luiz. Em consequência, o governo provisório o destituiu dos cargos de chefe da Comissão Estratégica do Mato Grosso ao Amazonas, da Inspetoria-geral de Fronteiras, do 3º Distrito Telegráfico de Mato Grosso, e o prendeu. Libertado, ingressou na reserva, na patente de general-de-divisão, após 47 anos de serviços.

Militar de carreira brilhante, numa época conturbada politicamente, só esteve em combate durante a revolução tenentista de 1924, quando comandou as tropas federais, derrotadas pela estratégia dos revolucionários.

Na vida civil, ingressou no Itamaraty sob o comando do chanceler José Maria Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Como diplomata, sua mais importante atuação foi como mediador entre o Peru e a Colômbia na questão de porto de Letícia, em 1934, aos 70 anos de idade.

Mas o velho bandeirante amargava uma frustração: não ter alcançado a patente de Marechal, o topo da carreira militar na época. Foi o Congresso Nacional que outorgou-lhe essa patente no dia 05 de maio de 1955, quando completou 90 anos de idade, em reconhecimento por seus serviços prestados ao País.

O Marechal Rondon, “o homem que tinha na sola dos pés o mais longo caminho já percorrido”, faleceu no dia 19 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro, aos 93 anos de idade, onde foi enterrado com honras de chefe de Estado. Seu nome está escrito em letras de ouro maciço na Sociedade de Geografia de Nova York, EUA, como desbravador e herói dos sertões mato-grossenses, ao lado de outros grandes exploradores mundiais.

ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

O estado de Rondônia completou 29 anos de criação. Em vinte nove anos de desenvolvimento, Rondônia, de 13 municípios passou a 52, suas rodovias com atoleiros nas épocas de chuvas e poeiras nas épocas de seca para rodovias pavimentadas, da falta de energia para produtora e exportado de energia elétrica, entre tantos outros acontecimentos.

O Estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, pela Lei Complementar nº. 41, assinada pelo presidente general João Baptista Figueiredo. O Território Federal de Rondônia foi elevado à categoria de Estado em 22 de dezembro de 1981 quando possuía 13 municípios e em 22 de dezembro de 2009 esse número passou para 52 municípios.

Ano	População
1980	491.069
1991	1.132.692
2000	1.379.787
2009	1.503.928
2010	1.562.409

Fonte: IBGE

Sinopse do Censo Demográfico 2010

População residente	1.562.409	pessoas
População residente urbana	1.149.180	pessoas
População residente rural	413.229	pessoas
Homens	795.157	homens
Homens na área urbana	569.424	homens
Homens na área rural	225.733	homens
Mulheres	767.252	mulheres
Mulheres na área urbana	579.756	mulheres
Mulheres na área rural	187.496	Mulheres
Taxa média de crescimento anual	1,24 %	-
Taxa de analfabetismo	23,6 %	-

Fonte: IBGE, resultados do Censo 2010 (acessado em 05/05/2011)

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Localização: Oeste da Região Norte

Área: 237.590,864 km² (Dados – IBGE)

Relevo: planície a oeste, depressões e pequenos planaltos ao norte, planalto a sudeste

Ponto mais alto: Serra dos Pacaás (1.126 m)

Rios principais: Madeira, Ji-Paraná, Guaporé, Mamoré

Vegetação: floresta Amazônica e cerrado a oeste

Clima: equatorial

Fuso Horário: (-1) hora em relação ao horário de Brasília. Quando vigora o horário de verão no centro-sul do País, a diferença passa a ser de (-2) horas.

ECONOMIA

Participação no PIB: 0,29 % (1995)

Agricultura: milho (133.727 t), arroz (87.654 t), café (78.921 t), mandioca (53.569 t), feijão (47.929 t), cacau (3.605 t) (1996)

Pecuária: bovinos (3.937.291), suínos (410.315) (1996)

Mineração: estanho-cassiterita (13.836.428 kg), nióbio (2.200 kg), ouro (1.324.000 g) (1996)

Indústria: madeireira, extrativa mineral e alimentícia.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

Evolução Histórica

Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, do Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, criou na região do Alto Madeira, o território Federal do Guaporé, desmembrando do Estado do Amazonas e Mato Grosso, administrado diretamente pela União, através do Ministério do Interior e Justiça.

Decreto Lei nº 5.832, de 21 de setembro de 1943, dispõe sobre a administração e divisão política dos Territórios Federais, subordinou-os à administração direta da União.

Quanto à divisão político-administrativa, esta lei compôs o Território Federal do Guaporé (Rondônia), com quatro municípios, a seguir:

- a) Porto Velho
- b) Lábrea
- c) Alto Madeira
- d) Guajará-Mirim

Determinando para a Capital do Território, a cidade de Porto Velho.

A divisão judiciária em quatro (04) Comarcas correspondendo os municípios do Território.

Decreto Lei nº 6.550, de maio de 1944, retificou os limites do Território Federal do Guaporé (Rondônia) reduzindo sua divisão para três Municípios. (Porto Velho, Alto Madeira e Guajará-Mirim).

Municípios e Comarcas de Porto Velho, compostos dos seguintes distritos: Porto Velho (distrito sede), Calama, Jaci-Paraná, Abunã, Ariquemes e Rondônia.

Municípios e comarca de Guajará-Mirim, compostos dos seguintes distritos: Guajará-Mirim (distrito sede), Forte Príncipe da Beira e Pedras Negras.

Promulgada a Constituição da República em 1946, manteve os Territórios Federais, concedendo o direito aos seus habitantes de escolherem, através de eleição, voto universal secreto e direito, um representante (deputado federal), para representá-los na Câmara Baixa da União.

Em seu art. 3º, dispunha que os Territórios Federais poderiam, mediante lei especial, constituir-se em Estado, subdividirem-se em novos Territórios ou volverem-se a participar dos Estados dos quais foram desmembrados. E que

competia às autoridades da união, administrá-los, através do Ministério do Interior, ao qual ficariam subordinados.

Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, de autoria do Deputado Federal do Amazonas, Áureo de Melo, mudou o nome do Território Federal do Guaporé, para Rondônia.

A Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, criou os municípios de: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno desmembrados do Município de Porto Velho. Vilhena – desmembrado do Município de Porto Velho e Guajará-Mirim.

A Lei 6.921 de 16 de junho de 1981 criou os seguintes municípios: Jaru – desmembrado do Município de Ariquemes, Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici desmembrados do Município de Ji-Paraná, **Espigão do Oeste** – desmembrado do Município de Pimenta Bueno, Colorado do Oeste – desmembrado do Município de Vilhena, Costa Marques – desmembrado do Município de Guajará-Mirim.

Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, elevou o Território Federal de Rondônia à categoria de Estado, sendo o Estado instalado no dia 04 de janeiro de 1982. Após a elevação à categoria de Estado, essa divisão política foi alterada com a criação dos municípios de Rolim de Moura, desmembrado do Município de Cacoal e do Município de Cerejeiras, desmembrado do Município de Colorado do Oeste, pelo Decreto Lei nº 071, de 5 de agosto de 1983, do governo do Estado de Rondônia.

E, em 1986 pelas Leis nº 100, 103 e 104, respectivamente, criaram os Municípios de Santa Luzia do Oeste, desmembrado dos municípios de Rolim de Moura e Pimenta Bueno; Alvorada do Oeste desmembrado do município de Presidente Médici, e Alta Floresta do Oeste desmembrado dos municípios de Rolim de Moura e Costa Marques.

Em 1988, as Leis nº 198, 206, 207 e 208, respectivamente criaram os municípios de Machadinho do Oeste, desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná; São Miguel do Guaporé, desmembrado do município de Costa Marques; Vila Nova do Mamoré, desmembrado do município de Guajará-Mirim; Cabixi, desmembrado do município de Colorado do Oeste.

No período de 1988 a 1995, outras localidades foram transformadas em municípios totalizando 52 unidades político-administrativas.

Em 1994, são criados os seguintes municípios:

São Felipe do Oeste – desmembrado dos municípios de Pimenta Bueno e Santa Luzia do Oeste;

Parecis e Primavera de Rondônia desmembrados do município de Pimenta Bueno;

Alto Alegre – desmembrado dos municípios de Alta Floresta do Oeste e Santa Luzia do Oeste;

Nova União e Teixeiraópolis desmembrados do município de Ouro Preto do Oeste;

Vale do Anarí – desmembrado do município de Machadinho do Oeste; Cujubim – desmembrado do município de Porto Velho e Ariquemes.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

As tentativas de conquista e colonização do atual espaço limitado pelo Estado de Rondônia, remonta ao século XVII, quando os padres jesuítas nela se instalaram para obra de catequese. Porém, a posse, o desbravamento e o povoamento, só foram realizados com a exploração da borracha em consequência da valorização dessa matéria-prima no mercado internacional e a construção da ferrovia Madeira-Mamoré para o transporte de sua produção, realizada em cumprimento do artigo VII do tratado de Petrópolis, firmado entre as Repúblicas do Brasil e da Bolívia em 11 de novembro de 1903. Foram os fatores que atraíram para a região, contínua corrente migratória de indivíduos oriundos de todos os quadrantes do Brasil e do Mundo. Assim uma região que era densa floresta, tendo apenas uma pequena povoação Santo Antônio do Alto Madeira, a partir de 1907, no início da construção da ferrovia, a 1909, houve um rápido crescimento populacional, neste ano já registrava-se uma população de 3.700 habitantes constituídas em sua maioria por homens. Apesar das endemias disseminarem a morte e inutilizarem os homens, a população crescia em elevados índices, em 1911 atingia 25.000 habitantes e, em 1915, ao ser concluída a ferrovia, ultrapassava de 40.000 habitantes predominando quase que absolutamente pelo elemento masculino. A atividade econômica de mais expressivo relevo dessa população era o extrativismo vegetal, a borracha principalmente, e as atividades paralelas diretas ou indiretamente por elas geradas, tanto do setor primário como do secundário e do terciário, destacando-se as deste último.

Essa população espalhava-se rarefeitamente no imenso espaço geográfico, ao longo da ferrovia, as margens dos rios Madeira, Ji-Paraná, Jamari,

Abunã e seus afluentes, havendo apenas dois núcleos humanos mais expressivos, Porto Velho e Guajará-Mirim.

A desvalorização da borracha no mercado internacional deteve esse processo demográfico ao acarretar incalculáveis prejuízos financeiros, levando a ferrovia Madeira-Mamoré e as empresas do seu complexo à falência, provocando a emigração em massa da população do Alto Madeira.

A população só se estabilizou e novamente começou a crescer, com o advento do segundo ciclo econômico da exploração da borracha, em decorrência de sua alta de preço e constante procura dessa matéria-prima pelas potências industrializadas do ocidente, no período da segunda Guerra Mundial e após a região ter constituído o território Federal do Guaporé (em 1943), atual Estado de Rondônia.

A população do então Território Federal do Guaporé, no ano de 1980 era de 491.069 habitantes em trinta anos, passando para 1.562.409. (dados do IBGE)

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

O elevado índice de crescimento demográfico é decorrente do incremento vegetativo e do grande fluxo de imigração, cabendo a este, importante destaque no aumento populacional de Rondônia.

A construção da rodovia BR 364 (Brasília/Acre) e a implantação dos projetos de colonização do INCRA constituíram-se em fatores favoráveis, de atração de correntes imigratórias do Centro Sul e Sudeste do país. No período de 1960/70, o número de imigrantes atingiu 51.557 pessoas, no período de 1971/76, de acordo com a fiscalização do INCRA em Vilhena e dados da SUCAM, localizaram-se nos então povoados de Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Cacoal, Vilhena, Presidente Médici e Ariquemes ao longo da BR 364, aproximadamente 40.000 pessoas (37.924 registradas no Posto de Vilhena), apresentando esses povoados um crescimento relativo superior a 500% em 06 (seis) anos, dos imigrados 48,83% são provenientes do Estado de Mato Grosso; 36,1% do Paraná; 16,05% do Espírito Santo e os 14,08 restantes de outros estados. No período de 1977/82, o número de imigrantes chegados ao Estado, foi de 220.064 pessoas, e no primeiro semestre de 1983 atingiu 23.240 migrantes. Nesse período 1977/83 entre os imigrantes, houve a predominância de elementos oriundos do Estado do Paraná, 23% do total geral, seguido dos Estados do Mato Grosso 15% e Minas Gerais 10,6%. Os locais de

preferência dos imigrantes para se localizarem, foram Cacoal, 20,06%; Porto Velho 14,8%; Ji-Paraná 14,4% e Pimenta Bueno 10,09% das preferências respectivamente. Na década de noventa, o fluxo migratório decresceu. Atualmente o Estado de Rondônia vem sofrendo uma emigração provocada pela crise econômica atual.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

O Estado de Rondônia, com sua área geográfica de 237.590,864 km², tem uma densidade demográfica de 4,7 habitantes por km², relativa a uma população de 1.562.409 habitantes no censo de 2010. (Fonte – IBGE)

A distribuição da população até na década de setenta, apresentava-se linear localizando-se ao longo dos rios e dos eixos rodoviários. Situação que passou a se modificar com a implantação das empresas de exploração de minérios, de colonização agropecuária e madeireiras em expansão, afastando-se das margens dos rios e do eixo da rodovia BR 364, na direção do planalto interior, do vale do Guaporé e do Roosevelt, fazendo surgir no período de 1970/90 núcleos populacionais que transformaram em cidades de pequeno e médio porte, tais como: Espigão do Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Alta Floresta do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste, São Miguel do Guaporé, Urupá, Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste e vários outros núcleos.

Os maiores núcleos populacionais apareceram em torno dos mais expressivos núcleos urbanos como Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Rolim de Moura, Vilhena e Guajará-Mirim. Os menores adensamentos constituindo-se em áreas de populações rarefeitas, são dos rios Abunã, Guaporé, Mamoré, baixo Ji-Paraná, a porção norte do Estado entre o rio Madeira e os limites do Estado do Amazonas.

As etapas e os processos de povoamento ocorridos no espaço geográfico, atualmente limitado pelo estado de Rondônia, são responsáveis pelas características e formas de distribuição da população urbana e rural.

O censo demográfico de 1960 registrou os seguintes percentuais: 56,40% população urbana e 43,60% rural; o de 1970, população urbana 53,64% e a rural 46,36%; o de 1980, população urbana 46,37% e a rural 53,63%; e o de 1991 população urbana 58,21% e a rural 41,79%.

Conforme o censo de 1970, a população migrada era composta de 34,33% de paraenses, 13,50% de amazonenses e 12% de nordestinos

predominando cearenses e paraibanos e 40,17% dos demais estados da região sudeste, sul e centro-oeste.

No decorrer da década de setenta, houve uma mudança das áreas de divergências do fluxo migratório para Rondônia, as regiões Norte/Nordeste para as regiões Centro-Sudeste-Sul, em consequência do processo de captação do estado pelos grandes Centros Econômicos do Sudeste e do Sul do País.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

O Primeiro Ciclo da Borracha

Os fatores que influenciaram a formação dessa corrente migratória estão relacionados com a grande seca que assolou o Nordeste entre 1877 e 1880, e a intensa propaganda dos governos brasileiro e regionais, que acenavam com prêmios e facilidades para os migrantes. Por esta época, Rondônia recebeu mais de oito mil homens que adentraram os rios e se estabeleceram nos seringais.

A crescente expansão da produção de borracha e a progressiva incorporação de novas áreas de exploração levaram os brasileiros a ocuparem parte do território da vizinha Bolívia, gerando assim um conflito internacional.

Como aquele país, que havia perdido sua costa marítima para o Chile, não dispunha de saída para o Pacífico, a solução do conflito redundou na incorporação, pelo Brasil, do Estado do Acre, com o pagamento de 2 milhões de libras de indenização e o compromisso de continuar uma estrada de ferro em terras brasileiras, que permitisse o acesso da Bolívia ao Rio Madeira, abaixo do último trecho encachoeirado, e daí com saída para o Rio Amazonas e o Oceano Atlântico.

Esse acordo foi consumado pelo Tratado de Petrópolis, no ano de 1903, e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve sua construção retomada em 1905. Foi concluída em 1912, numa extensão de 260 km, e consolidou nos seus extremos os maiores polos populacionais: Guajará-Mirim, limite com a Bolívia e Porto Velho, a jusante da última cachoeira do Rio Madeira.

Ao longo dessa via se desenvolveram alguns núcleos habitacionais e floresceu uma pequena economia de subsistência. Contudo, desde o início do seu funcionamento a ferrovia sofreu um impacto negativo causado pelo desinteresse que logo atingiu a borracha natural brasileira, superada pelos seringais de cultivo implantados pelos ingleses na Malásia, através de sementes oriundas da Amazônia, que permitiram suprir o mercado internacional por preços menores. O

desaquecimento da extração da borracha natural aliado a falta de uma política de ocupação para a região, não permitiu que se realizasse um povoamento efetivo.

O Ciclo do Telégrafo

Após o declínio da borracha, Rondônia passa por um período de estagnação, a exemplo de toda Amazônia, até o ano de 1940. A preocupação governamental com o isolamento e o esvaziamento da região resultou na decisão de implantar uma rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, cortando todo o Norte do Mato Grosso, parte da região atingida por essa rede daria origem a Rondônia.

À frente dessa missão estava o coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, que para a implantação da rede telegráfica, concluída em 1915, utilizou mão-de-obra do sul do país. Foram estes homens que, somados aos migrantes eventuais, criaram povoados nas localidades onde os postos telegráficos foram instalados: Vilhena, Marco Rondon, Pimenta Bueno, Vila Rondônia, Ariquemes, entre outros. Essa expedição concorreu para o processo da ocupação de Rondônia, não só pela implantação destes povoados como também através da demarcação de seringais remanescentes do ciclo da borracha e outros, doados por Rondon como prêmio a alguns de seus auxiliares. Ainda persistem alguns desses seringais, mas a grande maioria foi desapropriada e deu origem, após o ano de 1970, a projetos de colonização.

O Segundo Ciclo da Borracha

Em 1943, durante a 2ª Guerra Mundial, a Malásia ficou isolada da Europa pela ocupação do sudeste asiático pelos japoneses, o que fez renascer a importância dos seringais da Amazônia. Desta época data a última grande leva de migrantes para a região, composta quase que exclusivamente de nordestinos vinculados à exploração de seringueira, e denominados "Soldados da Borracha". Neste mesmo ano, o Presidente Getúlio Vargas criou os territórios federais, entre eles o Território Federal do Guaporé, posteriormente Território de Rondônia, desmembrado de terras do Amazonas e Mato Grosso. Em 1945 foram criados os municípios de Guajará-Mirim, que ocupava toda a região do Vale do Guaporé, e, Porto Velho, abrangendo toda a região de influências da atual BR - 364.

Contudo, apesar do desaquecimento do mercado internacional da borracha, a região não se despovoou como no Primeiro Ciclo, mantendo alguns seringais ativos e prosseguindo o extrativismo da castanha e de algumas outras

essências para atender o mercado europeu. Parte dos ex-soldados da borracha deixaram os seringais e fixaram-se na Colônia Agrícola IATA, em Guajará-Mirim, criada em 1945, e na Colônia Agrícola do Candeias, em Porto Velho, criada em 1948. Tanto assim que os primeiros dados demográficos disponíveis registram no final da década de 40 uma população de 36.935 habitantes em Rondônia, sendo 13.816 na área urbana e 23.119 na área rural, tendo a cidade de Porto Velho cerca de 60% da população total da época. Além disso, o traçado telegráfico estabelecido por Rondon deu início, a partir de 1943, aos primeiros passos para a construção da BR-29, posteriormente denominada BR-364.

O Ciclo da Cassiterita

Em 1958 foram descobertos os primeiros aluviões de cassiterita em Rondônia, nas áreas de seringais, dando início ao extrativismo mineral sob o regime de garimpo. Essa atividade induziu o fluxo de migrantes oriundos de diversos estados brasileiros, que se concentravam em Porto Velho e em alguns povoados que praticamente haviam desaparecido com a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Pelo fato da garimpagem ser manual, era grande a exigência da mão-de-obra, absorvendo praticamente 50% da população economicamente ativa da época, além de permitir o fortalecimento do comércio, de serviços e de algumas ramificações industriais.

Ao lado do fluxo de garimpeiros também ocorreram ao Território, migrantes agricultores, e o governo criou novas colônias agrícolas em Porto Velho, implantadas até o final do ano de 1960. Infelizmente essas colônias não prosperaram, quer pela baixa fertilidade dos solos, quer pela impossibilidade de concorrência com o garimpo.

Entre 58 e 70 toda a economia local se desenvolveu à sombra da exploração da cassiterita. Entretanto, em 31 de março de 1971, através da Portaria Ministerial nº 195/70, expedida pelo Ministério da Minas e Energias, ocorreu a proibição sumária da garimpagem manual, sob a alegação de que o garimpo tinha um percentual de aproveitamento reduzido e inviabilizava a exploração complementar mecanizada. Embasava-se na alegação de que a exploração mecanizada era economicamente mais rentável.

A medida culminou com a remoção dos garimpeiros para fora de Rondônia, e privilegiou um reduzido número de empresas de grande porte,

predominantemente multinacionais, o que, ironicamente, encerrou o Ciclo da Cassiterita, já que deixaram de circular riquezas locais e o resultado econômico da exploração passou a ser aplicado fora do Território.

Entretanto, a exploração mecanizada do minério significou o primeiro impulso industrial no Estado, e Rondônia passou, no final da década de 70, a ser o maior produtor brasileiro, com 10.000 toneladas de cassiterita, representando 67,43% da produção nacional. Contudo, deve-se ressaltar que o mineral era exportado na forma bruta, sem qualquer beneficiamento industrial, além de se constituir num setor oligopolizado, o que acarretava limitação de emprego e de renda para o Território.

Sem embargo das desvantagens econômicas e Sociais advindas com a implantação da extração pelo regime de lavra mecanizada, essa atividade se constituiu na primeira experiência de empresa industrial em Rondônia.

No final desse ciclo, em 1968, a BR-29, hoje BR-364, foi consolidada, fato que permitiu que, a partir de 1970, fosse iniciado o ciclo agrícola do então Território Federal de Rondônia, que permanece até hoje, e que iniciou a ligação econômica da região com os centros consumidores do Sul e Sudeste brasileiros.

O Ciclo Agrícola

A descoberta de grandes manchas de terras férteis e o intenso fluxo migratório dirigido ao Território tornaram a agricultura a alternativa mais viável à economia rondoniense, praticada por micro e pequenos produtores rurais.

Vários fatores políticos e econômicos provocaram o grande êxodo rural nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País e a migração para Rondônia. Destacam-se a introdução de leis trabalhistas no meio rural, responsável pela dispensa de milhares de trabalhadores das fazendas; a substituição da cafeicultura, empregadora de considerável volume de mão-de-obra no campo pela soja e pecuária de corte, e a mecanização da lavoura que levou milhares de micro, pequenos e médios produtores rurais à falência. O Território Federal de Rondônia transformou-se assim, no maior receptor desse excedente populacional.

O processo de ocupação humana de Rondônia, ligado ao Ciclo da Agricultura, foi executado pelo INCRA, inicialmente, através dos Projetos Integrados de Colonização, PIC, e dos Projetos de Assentamento Dirigido, PAD, estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia rondoniense. Nesse contexto, o governo federal implantou o primeiro Projeto

Integrado de Colonização no Território Federal de Rondônia: O PIC Ouro Preto, em 19 de junho de 1970. Esse projeto constituiu-se no principal responsável pelo surgimento de Ouro Preto d'Oeste como núcleo habitacional, e para o desenvolvimento da então Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná.

Implantado em terras férteis, na região central de Rondônia, às margens da BR-364, o PIC Ouro Preto, alvo de divulgação oficial em todo o País, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, atraiu o mais intenso fluxo migratório dirigido a Rondônia em todos os tempos. A explosão demográfica provocada pela ocupação humana, das terras rondonienses, vinculada ao ciclo da agricultura, além de agricultores, constituiu-se de técnicos, comerciantes e profissionais liberais de todas as áreas, em busca de melhores condições de vida. Esses novos povoadores fixaram-se nos núcleos surgidos nas cercanias das estações telegráficas da Comissão Rondon, e expandiram suas áreas urbanas.

Com vistas a ordenar a migração que se dirigia para a área do município de Guajará-Mirim e ocupava, principalmente, a vila do IATA, o INCRA criou, em 13 de agosto de 1971, o PIC Sidney Girão, naquele município, às margens da rodovia BR-425, na faixa de fronteira com a Bolívia, entre os parques indígenas de Lages e Ribeirão. Esse projeto propiciou o surgimento do núcleo urbano de Vila Nova do Mamoré.

Em meados do ano de 1972, nas localidades de Riozinho e Cacoal, ocorreu grande concentração espontânea de migrantes, o que ocasionou diversos litígios pela posse da terra e ações de empresas particulares de Colonização. Para resolver a situação, o INCRA criou, em 17 de junho de 1972, o PIC Ji-Paraná, com sede localizada em Cacoal. Constituído pelos setores Ji-Paraná, Abaitará, Rolim de Moura, Prosperidade e Tatu, esse projeto proporcionou o ordenamento urbano da cidade de Cacoal e contribuiu decisivamente para a criação de importantes núcleos populacionais, hoje transformados em grandes municípios, como Rolim de Moura, Santa Luzia d'Oeste e Nova Brasilândia d'Oeste, além de apoiar a ocupação de terras devolutas mais no interior.

Em 04 de outubro de 1973, o INCRA criou o PIC Paulo de Assis Ribeiro em áreas da Gleba Guaporé, a cem quilômetros da vila de Vilhena, na mesma distância da rodovia BR-364, com sede na localidade de Colorado d'Oeste.

Em Ariquemes, o INCRA implantou, no ano de 1974, o PAD Burareiro. Na época, o povoamento daquela área não passava de um aglomerado de poucas edificações, cuja principal atividade econômica se resumia ao extrativismo da

borracha nativa e à garimpagem manual de cassiterita. O objetivo do PAD Burareiro era implantar a cultura do cacau na região através da migração de micro e pequenos produtores oriundos do Estado da Bahia. Os Burareiros. A expansão desse Projeto de Assentamento Dirigido proporcionou o surgimento dos núcleos urbanos de Cacaulândia e Theobroma.

Em 25 de janeiro de 1975, o INCRA criou, em Ariquemes, o PAD Marechal Dutra, com o objetivo de promover a exploração agropecuária que as terras suportassem. Esse novo projeto impulsionou o crescimento econômico da então Vila de Ariquemes e ordenou seu processo de povoamento urbano e rural.

Com o interesse demonstrado pelos migrantes em ocupar as terras agricultáveis na região central de Rondônia, o INCRA sentiu a necessidade de ampliar a área de jurisdição do PIC Ouro Preto para melhor atender aos agricultores que, diariamente, chegavam em grandes levas ao Território, pleiteando módulos de terra para construir suas propriedades. Para facilitar a condução de suas atividades regimentais no interior do PIC Ouro Preto, a coordenadoria regional desse órgão decidiu desmembrar parte da área daquele projeto e criou, em 20 de novembro de 1975, o PIC Padre Adolpho Röll, com sede na localidade de Jaru.

Convém uma explicação sobre os projetos executados pelo INCRA: Os Projetos Integrados de Colonização, PIC, concediam aos colonos lotes de 50 a 100 hectares, com assistência técnica rural, além de abertura de estradas vicinais e coletoras; os Projetos de Assentamento Dirigido, PAD, com lotes de 100 a 250 hectares, caracterizavam-se pela interferência parcial do governo e contemplavam a pequenos e médios empresários rurais. Além dos projetos de assentamento e de colonização, o INCRA criou quatro projetos fundiários com jurisdição em todo o Território Federal de Rondônia, onde desenvolveu ações de regularização fundiária e ordenou a ocupação das áreas não incluídas nos PAD e nos PIC.

Originados do antigo Projeto Fundiário Rondônia, esses projetos ficaram assim constituídos: Projeto Fundiário Alto Madeira, com sede em Porto Velho; Projeto Fundiário Jaru - Ouro Preto, com sede na então Vila de Rondônia, hoje Ji-Paraná; Projeto Fundiário Corumbiara, com sede em Pimenta Bueno, e Projeto Fundiário Guajará-Mirim, com sede naquele município. De grande importância para o ordenamento da ocupação humana espontânea das áreas não inseridas nos PICs e nos PADs, os Projetos Fundiários contribuíram para o desenvolvimento das cidades - sedes e adjacências.

A estratégia política de atuação maciça na organização fundiária de Rondônia transformou o INCRA no maior investidor oficial da região. Para Ter uma ideia, até 1977, o orçamento desse órgão para Rondônia era superior ao do próprio governo do Território.

Na década de 80, o INCRA reformulou sua política agrária para melhor ordenar o povoamento que se fixava mais no interior, impulsionado por uma intensa migração interna. Para tanto, criou, entre 1980 e 1988, os seguintes Projetos de Assentamento, PA: Urupá, Machadinho, Cujubim, Bom Princípio, São Felipe, Vitória da União, Vale do Jamarý, D'Jaru-Uauru, Rio Preto-Candeias, Pyrineos, Zeferino, Tancredo Neves, Itapirema, Jatuarana Verde, Seringal, Marcos Freire e Buritis. Alguns desses projetos desenvolveram-se e adquiriram condições para serem transformados em municípios, como Machadinho d'Oeste, Cujubim, Bom Princípio, atual Seringueiras, São Felipe, Vitória da União, atual Castanheiras e Buritis.

No mesmo período foram criados os Projetos: de Assentamento Rápido (PAR), Gleba G, BR-364, Gleba Jacundá (Soldado da Borracha) e Acongapiranga I e II, com lotes de 50 hectares, destinados ao assentamento de micro e pequenos produtores rurais. O INCRA, através de seus diversos projetos, cumpriu a estratégia traçada pelo governo federal para a ocupação humana de Rondônia, estimulando e ordenando o fluxo migratório.

As áreas onde ocorreram as maiores concentrações de migrantes foram Vilhena, com extensão a Colorado d'Oeste; Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Jarú e Ariquemes. A população migrante que se fixou em Rondônia entre 1968 e 1982 era formada, basicamente, por paranaenses, gaúchos, mato-grossenses, capixabas, mineiros e paulistas. Em menor número fixaram-se cearenses, cariocas, baianos, paraibanos, amazonenses, goianos e alguns estrangeiros. Esses povoadores, atraídos pelo ciclo da agricultura, passaram a influenciar decisivamente na transformação do modelo sócio-econômico de Rondônia e na sua formação política.

A atuação do INCRA, responsável pelo surgimento da maioria das cidades, vilas e distritos de Rondônia, contribuiu para que seus servidores, principalmente os executores de projetos, conquistassem Três regiões sob suas jurisdições, grande prestígio e liderança política. Consequentemente, alguns foram convocados para participar do processo eleitoral de 1982, quando concorreram a todos os cargos eletivos em disputa e obtiveram expressivas vitórias, de vereador a

senador, fato que se sucedeu, no entanto, em menores proporções, nas eleições posteriores.

O Ciclo da Agricultura em pouco mais de uma década, proporcionou ao Território Federal de Rondônia as condições econômicas, sociais e políticas necessárias para que fosse transformado na 23ª Unidade Federada brasileira.

A expansão da fronteira agrícola caracteriza-se pela predominância das seguintes culturas:

Arroz, tendo como maiores produtores Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Rolim de Moura;

Milho, maiores produtores Ji-Paraná, Vilhena Colorado e Ariquemes;

Feijão, maiores produtores Ariquemes, Jaru, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena e Colorado;

Mandioca, maiores produtores Porto Velho, Ji-Paraná, Presidente Médici, Colorado, Cerejeiras e Costa Marques;

Banana, maiores produtores Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Cacoal, Espigão do Oeste e Rolim de Moura;

Cacau, maiores produtores Ariquemes, Jaru, Machadinho, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Espigão do Oeste, Cacoal e Rolim de Moura;

Café, maiores produtores: Cacoal, Rolim de Moura, Espigão do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná e Buritis;

Soja, maiores produtores: Vilhena, Colorado e Cerejeiras.

MEIO - AMBIENTE

A questão ambiental adquiriu, em Rondônia, um elevado nível de consciência crítica provocada em parte como resultante da rápida expansão das atividades agropecuárias durante os primeiros anos de implantação dos Projetos de Colonização do INCRA que fatalmente implicavam em derrubadas e queimadas para o preparo das áreas de plantio, o que chamou a atenção da opinião pública nacional e mundial. Estas se encontravam num período de especial efervescência sobre o tema, quando inúmeras organizações especialmente dos países desenvolvidos, começavam a chamar a atenção para o problema da ocupação da Amazônia e suas consequências para o equilíbrio ecológico mundial.

A elevação do antigo Território Federal à categoria de Estado, em 1982, se deu em meio a um clima de enorme agitação a respeito dos problemas ambientais que a conquista destes novos territórios poderiam vir a representar para o país e para o mundo, caso não houvesse uma preocupação maior das autoridades, tanto federais quanto estaduais, para com o assunto.

Ainda que os naturais de Rondônia, bem como seus novos ocupantes, pudessem entender tais manifestações como derivadas do sentimento de culpa daqueles países ou estados que já haviam arrasado com suas florestas nativas houve suficiente consciência local como para que se assumissem determinados postulados ambientais, a ponto da primeira Constituição Estadual, por exemplo, promulgada em 1982, trazer toda uma Seção sobre o tema e da Legislação Complementar sobre Meio Ambiente, votada a partir daquela data, ser considerada uma das melhores do país.

Contudo, persistiu o fato de que o desmatamento, necessário a ocupação primária do Estado, foi algo concreto e mensurável, ainda que não tenha chegado aos níveis catastróficos que lhe imputaram. E, além disto, o Polonoroeste, programa de desenvolvimento regional aplicado no Estado, com recursos do Banco Mundial e da União, não contemplava ações ambientais. Estes fatos deram origem, como medida corretiva anos mais tarde, ao Planaflo.

DESMATAMENTO

Sendo Rondônia um Estado muito novo, e ainda em formação, a ação antrópica se manifesta muito mais pela intervenção na floresta do que através de fatores industriais ou de concentração urbana. O desmatamento, portanto, é, dos aspectos ambientais, o mais importante.

Os projetos de colonização e o asfaltamento da BR-364 foram determinantes no processo de desmatamento do Estado, tanto assim que os índices registrados na década de 70, situavam-se próximo de zero, não tendo, portanto, maiores significados.

IMPACTOS SOBRE O ECOSSISTEMA - FLORESTA AMAZÔNICA

Garimpo de Ouro - Assoreamento, erosão e poluição dos cursos d'água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com conseqüências sobre a pesca e a população.

Mineração Industrial: ferro, manganês, cassiterita, cobre, bauxita, etc. -

Degradação da paisagem; poluição e assoreamento dos cursos d'água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio-econômicos.

Grandes Projetos Agropecuários - Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos; destruição de reservas extrativistas.

Grandes Usinas Hidroelétricas - Impacto cultural e sócio-econômico (povos indígenas) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas e vilas.

Construção das Rodovias - Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica.

Caça e Pesca Predatórias - Extinção de mamíferos aquáticos; diminuição de populações de quelônios, peixes e animais de valor econômico-ecológico. Indústrias de alumínio - Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica.

Crescimento Populacional - Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias conseqüências sobre os recursos naturais.

O Planaforo

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaforo teve sua origem a partir da identificação dos problemas advindos do intenso processo de migração por que passou o Estado, sobretudo na década de 80. O projeto teve seu contrato de empréstimo assinado em 19 de setembro de 1992, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e a República Federativa do Brasil, para execução pelo Estado de Rondônia.

O principal objetivo do Planaforo consistia na implementação de ações que propiciem o aproveitamento racional dos recursos naturais, de forma a favorecer o desenvolvimento sustentável de Rondônia.

Detalhamento Sintético do Planaforo

O Planaforo foi um plano de grande abrangência, estruturado em quatro grandes componentes e quinze subcomponentes, os quais norteiam todo o planejamento das ações demandadas. Está fundamentado no Zoneamento sócio-econômico-ecológico, ainda em sua primeira aproximação, o qual definiu a racionalização da ocupação do espaço territorial do Estado, possibilitando a melhor

utilização dos seus recursos naturais em consonância com a fertilidade dos solos e demais fatores de ordem ecológica e socioeconômica.

O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO

Zona 1 – A colonização compreende principalmente o eixo da BR-364, onde se concentram os projetos de colonização. É constituída por uma combinação dos melhores solos do Estado e área de moderada fertilidade os quais suportam algumas formas de cultivo sustentável, através de consórcios agroflorestais. Área: 6.195.00 ha

Zona 2 - Constituída por áreas de solos com fertilidade moderada e baixa tal qual algumas comunidades têm-se desenvolvido, sem o apoio da colonização oficial, com predominância da atividade pecuária e ocorrência de floresta primária e secundária. Área: 3.015.00 ha

Zona 3 - Localizada no eixo dos rios Madeira-Machado e Mamoré-Guaporé, onde populações tradicionais praticam agricultura de várzea, atividade de pesca artesanal e extração florestal não madeireira. Área: 579.000 ha

Zona 4 - Indicada para o desenvolvimento da atividade de extrativismo vegetal não madeireiro, com predominância de seringais nativos, associados ou não a castanha e outras essências florestais. Composta de ambientes frágeis, onde o aproveitamento econômico não deve usar alteração dos ecossistemas. Área: 3.500.000 ha

Zona 5 - Composta por ecossistemas ligeiramente frágeis, caracterizados por florestas ombrófila densa e aberta, com expressivo potencial madeireiro, indicado para o aproveitamento de espécies madeiráveis em escala comercial. Área: 3.601.000 ha

Zona 6 - zona de ecossistema frágeis, únicos ou característicos, que necessita de manejo ambiental adequado, a fim de garantir a manutenção da cobertura vegetal e o equilíbrio ecológico. Estão incluídas nesta Zona as Áreas Indígenas em situação especial. Área: 7.404.000 ha

Os dados relativos às diferentes Zonas foram obtidos através da 1ª Aproximação do Zoneamento Sócio-econômico-ecológico, devendo sofrer alterações quando da 2ª Aproximação, e diferem dos dados fornecidos pelo INCRA, relatados anteriormente.

O Zoneamento Sócio-econômico-ecológico foi legalmente instituído pelo Estado de Rondônia, através do Decreto nº 3.782 de 14 de junho de 1988 e, posteriormente convertido em Lei Complementar nº52 de 20 de dezembro de 1991.

O SETOR MINERAL EM RONDÔNIA

O Estado de Rondônia tem vocação natural para a mineração, já largamente comprovada pela produção de cassiterita nos últimos 25 anos, seja por empresas de mineração ou por garimpos manuais, anterior a 1971, ou garimpos mecanizados, em Bom Futuro, posterior a 1988. Some-se a produção de ouro, de calcário, água mineral, topázio, columbita, materiais de emprego imediato para a indústria de construção civil (brita, cascalho, areia, argila), etc.

Esse potencial mineral, além do impacto econômico gerado, criando milhares de empregos e circulando riquezas, foi o responsável pela formação de um grande contingente de mão-de-obra especializada - mecânicos, eletricitas, operadores de máquinas, funções administrativas, entre outras - que permitiram, em muito, alavancar o desenvolvimento do Estado nas últimas duas décadas.

CASSITERITA

A cassiterita é o principal mineral extraído pelas empresas de mineração estabelecidas em Rondônia. Esta atividade econômica projetou o Estado como o principal produtor de cassiterita do Brasil, hoje esta posição é ocupada pelo Estado do Amazonas.

Atualmente encontram-se em operação as minas de Santa Bárbara (Grupo Cesbra), Rio Branco (Grupo Best), Bom Futuro (EBESA) e São Lourenço - Macisa (Min. Xacriabá Ltda), sendo as duas últimas operadas de forma mista, ou seja, atuação da empresa de mineração e garimpo administrada por cooperativa de garimpeiros. (dados de 1997)

As minas: Oriente Novo, Primavera, Jacundá, Rio Preto, Montenegro, Santo Antônio do Abunã, São Domingos, Massangan, Alto Candeias, Cachoeirinha, Liberdade e Riachuelo foram importantes, porém, atualmente, encontram-se paralisadas.

OURO

O ouro é o principal mineral garimpado em todo o país, e Rondônia não foge à regra. De longa data têm-se notícias de garimpos de ouro em Rondônia. A atividade garimpeira desenvolve-se, principalmente, no rio Madeira, por intermédio de balsas e dragas, e nas laterais do rio, com tratores de esteira e bombas de pressão que produzem fortes jatos d'água.

A atividade garimpeira no rio Madeira foi iniciada por volta de 1978. O Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regularizar e ordenar o garimpo, criou a Reserva Garimpeira do rio Madeira, pelas Portarias Ministeriais nº 1345, em 1979 e a nº 1034 em 1980, ocupando uma área aproximada de 192 km², compreendendo o trecho entre as cachoeiras do Paredão e Teotônio. Ao longo das margens e leito do rio Madeira fora dos limites da Reserva Garimpeira existem diversos garimpos como Penha, Taquaras, Araras e Periquitos.

DIAMANTES

Em Espigão do Oeste já foi comprovada a existência de vários minérios como diamante, ouro, cassiterita, calcário, cimento e outros. Também a exploração de brita está em desenvolvimento numa área bem próxima da sede, onde está instalada a pedreira Cabo Verde. Temos também jazidas de diamante na Reserva Roosevelt.

“A Reserva Roosevelt é uma das maiores jazidas de diamante do mundo, de posse dos índios Cintas-Largas. É a maior reserva de diamantes do Brasil, onde 70% dos diamantes são gemológicos. Segundo uma pesquisa, na reserva há diamantes para serem extraídos durante dez anos. A Reserva é banhada pelo Rio Roosevelt”. [HTTP://pt.wikipedia.org/wiki/espigOeste](http://pt.wikipedia.org/wiki/espigOeste)

CALCÁRIO

Existe somente uma mina de calcário em Rondônia, viabilizada pela CPRM e transferida para a Companhia de Mineração de Rondônia, localizada em Pimenta Bueno. Esta produz calcário dolomítico para uso como corretivo de solos agrícolas e, em menor escala, é utilizado como pedra ornamental (para uso em fachadas de residências e calçamentos).

TRANSPORTE INTERMODAL

Numa iniciativa do grupo André Maggi, com apoio do governo do Estado, Porto Velho dispõe de um porto graneleiro recém construído. Desta forma, o grupo Maggi, que produz soja na região do Sapezal, na Chapada dos Parecis, no Mato Grosso, inverte o fluxo de escoamento de sua produção para exportação, devido aos altos custos de transporte entre a zona produtora e os portos de Paranaguá e Santos, distantes 2.500 km.

De Porto Velho a produção segue para o município Amazonense de Itacoatiara, onde será embarcada em navios oceânicos, seguindo para a Europa.

Este projeto é importante para Rondônia por estimular o plantio da soja na região no Sul do Estado, que hoje não é aproveitado para nenhuma produção, e agora passa a ser viável devido à redução do frete de transporte e à certeza de um mercado consumidor ávido por grãos.

Rondônia também ganhará com o tráfego de caminhões da safra, quando o comércio e os prestadores de serviços serão beneficiados com a manutenção dos veículos e autopeças.

Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM

O governo pretende controlar o tráfego aéreo e as atividades ilegais - tais como contrabando de minérios e narcotráfico - na Amazônia legal (5,2 milhões de ha.). Além disso, o SIVAM tornará mais preciso o mapeamento do potencial hidroelétrico e das riquezas minerais Amazônicas, os defensores argumentam que o conhecimento detalhado da região é indispensável também para coibição de práticas predatórias ao meio ambiente, tais como desmatamento, queimadas e a mineração ilegal.

O projeto SIVAM tem apoio e total integração com o SIPAM (Sistema de proteção da Amazônia).

Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é vinculado ao Ministério da Defesa, gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). O SIPAM é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizados para

articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando a proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região.

GASPETRO gerencia o Projeto de Gás Natural do Urucu

A Petrobrás Gás S.A. (Gaspetro), subsidiária da Petrobrás responsável pelas atividades ligadas ao gás natural, é a nova denominação da Petrofértil, adequando o antigo nome às novas atividades, especialmente após haver deixado de atuar na área de fertilizante.

Preparada para atuar em todos os segmentos do negócio de gás e em atividades correlatas ou decorrentes como geração de energia termelétrica.

Atualmente responde pela construção e futura operação do gasoduto, em território brasileiro, através da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), e responsável pelo gerenciamento da obra na Bolívia, através da Petrobrás gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (Petrogasbol), tendo, ainda, participação minoritária na Gás Transboliviano (GTB), que vai operar o gasoduto em território boliviano.

A Gaspetro tem também a responsabilidade de gerenciar o Projeto de Gás Natural de Urucu para Geração Termelétrica, com o objetivo de abastecer as cidades de Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Oriximiná (PA) e Macapá (AP). O gás proveniente dos campos de Urucu e Juruá, no Amazonas, será consumido nessas cidades por usinas termelétricas, solucionando, assim, o déficit de energia existente hoje na região.

A exploração de petróleo e gás natural deverá gerar US\$ 4 bilhões para o Estado do Amazonas (ao longo de 10 anos), em receitas de impostos, royalties, e salários dos empregos gerados nas áreas de exploração, refino e distribuição dos derivados.

INFLUÊNCIAS DA CULTURA INDÍGENA.

INDIOS, OS PRIMEIROS HABITANTES DE RONDÔNIA.

A cultura de Rondônia tem suas origens marcadas por uma forte influência da cultura indígena. Dentre os principais povos estão os Karitiana e os Uru-Eu-Wau-Wau, que em contato com outros agentes, acabaram vendo parte de suas tradições se perderem. O povo Karitiana compõe-se atualmente de uma população de cerca de 180 índios, vivendo a 95 quilômetros ao sul de Porto Velho, ao longo de 89.698 hectares. A língua falada é o Tupi/Arikém. Os primeiros contatos

com a chamada “civilização” data do final do século XVII, sendo que o isolamento foi mantido até os primeiros anos do século XX com o aparecimento de personagens históricos como os caucheiros e seringueiros na região.

A partir daí, observou-se a degradação desse povo com grande parte de seus membros sendo submetida à escravidão. Observou-se também uma “recuada” territorial ocasionando pela chegada da “civilização”. Sendo assim, os Karitiana que viviam às proximidades do atual município de Ariquemes foram tendo que se retirar até as cercanias do Rio Candeias, onde permanecem até hoje.

Entre as particularidades dos Karitiana estão as pinturas corporais e faciais, mantidas através dos anos em suas tradições, assim a dança, o artesanato e as manifestações musicais. Outro traço de suas tradições é a poligamia e o casamento entre pessoas da mesma família.

Já os Uru-Eu-Wau-Wau têm língua ligada ao Tronco Tupi. São da Família Tupi- Guarani, grupo Tupi-Kawahib. Vivem no relevo central de Rondônia, entre os municípios de Guajará Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cacaulândia, Governador Jorge Teixeira, Mirante da Serra, Jaru, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. O contato com o “homem branco” inicia-se na década de 40, iniciando-se uma briga pelas terras centrais do Estado que dirá até os dias atuais. Os principais agressores para esse povo sempre foram posseiros, madeireiros e garimpeiros.

Foi só no início da década de 80 que o contato entre as duas culturas foi tratado de forma mais cuidadosa, quando um grupo da Funai, liderado pelo indigenista Apoena Meirelles, realizou os primeiros contatos amigáveis com os Uru-Eu-Wau-Wau, que naquela época contavam com uma população de cerca de 800 índios.

Os Uru-Eu-Wau-Wau também fazem pinturas corporais, nas cores preta e vermelha. As tintas são fabricadas a partir de jenipapo e urucum. Usam como vestes apenas um cinturão largo de cipó. Seus cabelos são cortados em forma de cuia. As mulheres costumam tatuar seus rostos.

Contaminados por doenças trazidas com o contato intercultural, a população Uru-Eu-Wau-Wau sofreu uma diminuição considerável. Atualmente, eles somam pouco mais de 60 índios, divididos em 4 grupos: 20 índios no Posto Indígena do Alto Jamari; 16 no Posto Indígena do Alto Jaru; 10 índios no Posto Indígena Jamari; e 16 no Posto Indígena Comandante Ari.

"Nós, índios Karitiana, surgimos assim: antigamente nós tínhamos Deus aqui em cima desta terra, deste solo. Antigamente não existia gente, macaco, socó, mutum, não existia lontra, não existia pica-pau, cutia, tatu, paca, anta. Os matos já existiam. Deus não existia. Deus saiu de dentro de um buraco na casa da cigarra e a Mãe d'água nasceu do olho d'água, e o sapo cururu. A mãe de Deus é a terra". (narrativa dos índios Orlando, Meirelles e Cirino Karitiana sobre a origem do povo Karitiana. In OLIVEIRA, Cleide, Levantamento de dados culturais do Povo Karitiana. 1994)

MOMENTOS DA HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES

Lendas

Pode-se dizer que as manifestações culturais observadas hoje em Rondônia têm sua base em dois momentos históricos e seus respectivos personagens. As influências marcantes da cultura indígena mesclam-se ao resultado do contato desses com os "novos" habitantes do jovem Estado. Habitantes estes que migraram de outras regiões do Brasil, atraídos pelas riquezas do ciclo da Borracha e pelas ofertas de emprego através da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Por isso, de um modo geral, as manifestações culturais de Rondônia têm muito em comum com o restante da Amazônia, com botos que "emprenham" as moças, Matintapereiras, Curupiras e Caiporas.

Há, entretanto, manifestações peculiares em determinadas regiões como é o caso da população do **Guaporé** com suas lendas em torno da construção do Forte Príncipe da Beira.

Entre as populações ribeirinhas, tanto do rio Guaporé quanto do Madeira, são freqüentes os relatos de seres que vivem, ora na água, ora em terra, como o boto, por exemplo.

NAÇÕES INDÍGENAS DE RONDÔNIA

• Caripunas

Ocupam o Parque Indígena Karipuna no vale do rio Jaci-Paraná, ainda não demarcado.

Os Caripunas, numerosíssimos no final do século XIX e início do Século XX. Foram os mais prejudicados com a construção da ferrovia Madeira-

Mamoré, no Alto Madeira, sendo hostilizado e dizimados pelos construtores dessa obra. Chegaram a ser considerados extintos.

Porém, em 1970, os Caripunas reapareceram em cena ao atacarem um seringal no vale do rio Jaci-Paraná, com perdas de vidas de ambas as partes. Em 1973, um topógrafo localizou uma de suas aldeias e comunicou o achado a FUNAI, a qual conseguiu manter contato com seus habitantes em 1976. Os sertanistas tomaram conhecimento da existência de outras aldeias, porém ainda não conseguiram manter contato com essas. Os Caripunas estão reduzidos a pequenos grupos arredios.

- **Pakaás Novos**

Atualmente, a maior área indígena em Rondônia habita no Município de Guajará-Mirim, as reservas de Ribeirão (48.000 ha) na margem do rio Ribeirão; Lage (110 ha) na margem do rio Lages; Pakaás Novos (21.800 ha) na margem esquerda do rio Pakaás Novos e rio Negro-Ocaia (104.000 ha) na margem do rio do mesmo nome, afluente do rio Pakaás Novos. Estes vivem sob o controle da FUNAI. Há um grupo sob o controle da diocese de Guajará Mirim, localizado em Sagarana, na margem do rio Guaporé.

Os Pakaás Novos entram em conflito armado, revidando as violências de que foram vítimas por parte dos construtores da ferrovia Madeira-Mamoré e dos seringueiros, no início do século XX. Atualmente estão sob a violência muito mais agressiva, a dominação ideológica descaracterizando-os e despojando-os dos seus valores culturais atávicos de nação. Violência praticada pelas missões religiosas nacionais e estrangeiras de várias matizes e credos.

- **Karitianas**

Ocupam uma reserva de 57.000 ha, próxima à cidade de Porto Velho. Seu contato com os brancos ocorreu a partir da segunda metade do século XIX quando a região foi explorada pelos seringueiros.

- **Tapari, Makurap e Jatobi**

Vivem nos Postos Indígenas do Rio Branco e do Rio Guaporé. São poucos indivíduos remanescentes destas nações que tiveram próxima à extinção, vítimas das ações hostis dos seringalistas.

São 94 pessoas, que residem em 6 aldeias situadas, localizadas no Município de Alto Alegre e Parecis, no Estado de Rondônia.

- **Kaxacaris**

Habitam a região limítrofe entre os municípios de Porto Velho e Lábrea/AM.

- **Uru-Eu-Wau-Wau**

Grupo arredio em fase de contato com a FUNAI. Habitam os municípios de Ariquemes e Guajará-Mirim. São provavelmente do grupo Tupi.

- **Tubarão Latundé**

Habitam a reserva do mesmo nome no município de Vilhena.

- **Cinta Larga**

Ocupam a área do Projeto Indígena do Roosevelt com 190.000 ha, parte integrante da reserva do Parque Indígena do Aripuanã, localizada em terras dos Estados de Rondônia e Mato Grosso. São 906 pessoas, que residem em 28 aldeias distribuídas nos Estados do Mato Grosso, nos Municípios de Juína e Aripuanã, e Rondônia, nos Municípios de Pimenta Bueno, Espigão do Oeste e Vilhena

- **Suruís**

Habitam os postos indígenas 7 de Setembro e Quatorze, no Município de Cacoal. A reserva indígena 7 de Setembro ocupa terras de Rondônia e Mato Grosso. Os Suruís foram atingidos pela construção da BR 364, ocorrendo a invasão de seus territórios pelos migrantes sulistas lhes ocasionando graves prejuízos.

São 730 pessoas, que residem em 10 aldeias localizadas na Terra Indígena 7 de Setembro, no Município de Cacoal

- **Gaviões**

Ocupam uma reserva com área de 160.000 ha já demarcada. Suas aldeias situam-se às margens dos Igarapés Lourdes e Homônios, afluentes da margem direita do rio Ji-Paraná, próximo a cidade de Ji-Paraná.

Em contato com o branco a mais de 40 anos, em transações comerciais e de trabalho com os seringueiros e admissão de missionários religiosos estrangeiros em suas aldeias. Atualmente mantêm contato com a população da cidade de Ji-Paraná, onde se abastecem no comércio local.

- **Araras**

Ocupam a mesma reserva dos Gaviões, hoje em contato pacífico com o branco, após mais de cem anos de tenaz resistência. Os Araras se constituem no terror das missões religiosas que tentaram se estabelecer no vale do Ji-Paraná. Só

em 1950, dizimados por doenças fizeram os primeiros contatos amigáveis com os seringalistas.

. Aikanã e Kwasar

Povo Kwaza e Aikanã, área indígena Kwaza, de língua não classificada em tronco e família, vive às margens do Igarapé São Pedro, afluente do Rio Pimenta Bueno, município de Guajará-Mirim, forma a principal área de habitação tradicional do povo Kwaza.

Com 28 pessoas, que residem em três aldeias em área interdita pela FUNAI ainda em processo de regularização fundiária

ATRAÇÕES TURÍSTICAS

FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Em Costa Marques - Construção faraônica dentro da floresta amazônica e monumento histórico mais antigo do estado, localizado à margem direita do rio Guaporé, fronteira natural entre o Brasil e a Bolívia. São 970 metros de extensão e 10 de altura. Construído a mando do Rei de Portugal com objetivos militares, sem nunca ter, no entanto, servido para tal finalidade.

ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ

São 364 quilômetros de estrada de ferro construída entre 1907 a 1912, que se tornou famosa pela ousadia da empreitada na época. Foi desativada em 1972. Em 1981, seus 7 quilômetros iniciais passaram a ser novamente utilizados. Ao longo de mais de um centenário de existência a E.F.M.M recebeu vários apelidos como "Ferrovia dos trilhos de ouro", pela importância na economia da região, ou "ferrovia do diabo", com referência aos trabalhadores que morreram durante sua construção.

MUSEU FERROVIÁRIO MADEIRA MAMORÉ

Em Porto Velho, um dos maiores atrativos turísticos de Rondônia, o Museu Ferroviário Madeira Mamoré abriga peças e vagões da antiga Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.), inclusive a "Maria Fumaça", máquina a vapor que fazia parte do complexo.

PRÉDIO SEDE DA ANTIGA ADMINISTRAÇÃO DA E.F.M.M.

Em Porto Velho, inaugurado em 15 de janeiro de 1949. Tem a forma arquitetônica de uma locomotiva estilizada, homenagem aos primeiros colonizadores da região. Conhecida hoje como Prédio do Relógio por ter um relógio em sua parte superior. É onde atualmente funciona a FUNCETUR (Fundação Cultural e Turística do Estado de Rondônia), órgão Oficial de Turismo.

PONTE SOBRE O RIO JACY

Com 83,9 metros de comprimento, é o maior ponto de vão livre existente no país. Seu parapeito é feito de pedra, com 300 metros de extensão sobre aglomerado granítico importado da Finlândia, entre as cabeceiras dos igarapés São Sebastião, Querequetê e Simãozinho.

MEMORIAL JORGE TEIXEIRA

Um dos mais importantes locais a ser visitado por aqueles que querem conhecer a história de Rondônia. O Memorial possui acervo de mais de 300 peças que se formou através de doações feitas por pessoas que conviveram com o ex-governador Jorge Teixeira de Oliveira. Fica em Porto Velho.

RIO MADEIRA

Uma das maravilhas naturais que corta Porto Velho de Norte a Sul. Agrega a bacia hidrográfica mais importante de Rondônia, ligando a capital a Belém (PA) e Manaus (AM), possuindo, por isso, importância econômica pela exportação de grãos na região.

"TRÊS MARIAS": AS TRÊS CAIXAS D'ÁGUA

Em Porto Velho. Vindas em Kits dos EUA no começo do século para servir à E.F.M.M. Elas são símbolos da cidade por serem o memorial histórico da construção da Ferrovia. Apelidadas de "Três Marias", podem ser vistas de vários pontos da cidade. A primeira foi construída em 1908, a segunda, em 1909 e a terceira, concluída nos fins de 1912.

CAPELA DE SANTO ANTÔNIO

Localizada na Estrada de Santo Antônio (Candelária), em Porto Velho, a capela em si é pequena, mas a importância na História é incomensurável. Representa o marco da colonização de Porto Velho, em 1913

CASTANHEIRA DO ESTÁDIO ALUÍSIO FERREIRA

Em Porto Velho. Plantada em 1945, pelo comandante da guarda territorial Sebastião Araújo, merece destaque pelos seus 54 anos de existência. Nativa da região Amazônica, das matas de terra firme, possui copa ampla e espalhada um pouco esparsa. Sua altura atinge até 45m.

JERUSALÉM DA AMAZÔNIA

É um local de construção rústica em amplo espaço, onde se encena a Paixão de Cristo durante a Semana Santa. Localiza-se na BR 364, KM 15, sentido Cuiabá.

LAGO DO CUNIÃ

Faz parte da Estação Ecológica do Cuniã, em processo de alteração de categoria para uma Reserva Extrativista. Está localizado a 130 km de Porto Velho, na margem esquerda do Madeira, com extensão de 104.000 hectares. É a maior reserva de reprodução da vida aquática do Estado de Rondônia, onde se destacam o pirarucu e o aruamã. Possui excelentes condições para observação da flora, fauna e aves, principalmente garças brancas e cor-de-rosa. É a mais importante reserva do Estado. A população humana é formada por 308 pessoas, distribuídas em 58 famílias.

MUSEU GEOLÓGICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em Porto Velho. Exposição de minerais, fósseis e rochas de várias regiões do País e do Estado de Rondônia.

ACERVO LÍTICO, INDÍGENA E NATURAL

Em Ariquemes. Mais de 100 peças reunidas desde 1967. Utensílios indígenas em pedra, pedras preciosas em formato natural, peças de cassiterita e calcário.

PALÁCIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

Sede do Governo do Estado, em Porto Velho, prédio de arquitetura antiga, tombado pelo patrimônio histórico, foi construído em 1949.

MUSEU DE RONDON

Está localizado onde funcionava o antigo posto Telegráfico de Rondon, em Ji-Paraná. Construído por ocasião da passagem da comitiva de Marechal Rondon. O local abriga aparelhos e utensílios utilizados pelo Marechal.

PARQUE CIRCUITO

Em Porto Velho. Lugar particularmente aprazível com amplo espaço distribuído por entre as árvores de seringueiras. Dispõe de pista do tipo circuito com um quilômetro de extensão, utilizada para caminhadas e corridas.

VALE DO APERTADO

Em Pimenta Bueno. São cerca de 4 quilômetros de cenários belíssimos ao longo do rio Comemoração, onde se destacam canyons com até 60 metros de altura ao longo do rio, além de cachoeiras, cavernas e grutas de calcário.

CASA DE RONDON

Em Vilhena. Foi construída em 1909 pelo Marechal Rondon e foi um dos primeiros postos telegráficos da região. Abriga pertences pessoais de Rondon, máquinas telegráficas e de peças da cultura indígena da região.

VALE DO GUAPORÉ/MAMORÉ

Localizado a Oeste do Estado o vale envolve a bacia do rio Guaporé incluindo partes dos municípios de Cabixi, Pimenteiras, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta, São Francisco, Costa Marques, Guajará-Mirim. **(Colaboração de texto - SETUR-RO)**

CULINÁRIA

A culinária de Porto Velho é, em sua maior parte, baseada em peixes e frutos da região. Com seus sabores picantes e frutos exóticos não se difere em quase nada do restante da deliciosa Amazônia. Por isso, pode-se dizer que a Gastronomia de Porto Velho e de todo o restante de Rondônia é composta, em

geral, de pratos comuns a outros Estados da Amazônia legal. O que há de diferente dos outros Estados são apenas alguns detalhes nas formas de preparo ou de servir.

Dentre os pratos preferidos por qualquer “bom garfo” de Porto Velho pode-se destacar os seguintes:

CARURU

Prato que tem como base o camarão seco e quiabo, azeite de dendê e farinha de mandioca. Tem aparência “viscosa” e amarelada.

MANIÇOBA

Iguaria de aspecto esverdeado e estranho para quem vê pela primeira vez, mas de sabor marcante e inesquecível para quem prova. É feita com base no cozimento das folhas da Maniva, planta da Mandioca (conhecida como aipim no Sul do país). O preparo leva cerca de 7 dias e conta com a presença imprescindível de vários outros ingredientes como carne seca, orelha de porco (para quem gosta), mocotó, toucinho, linguiça.

CALDEIRADA DE TUCUNARÉ

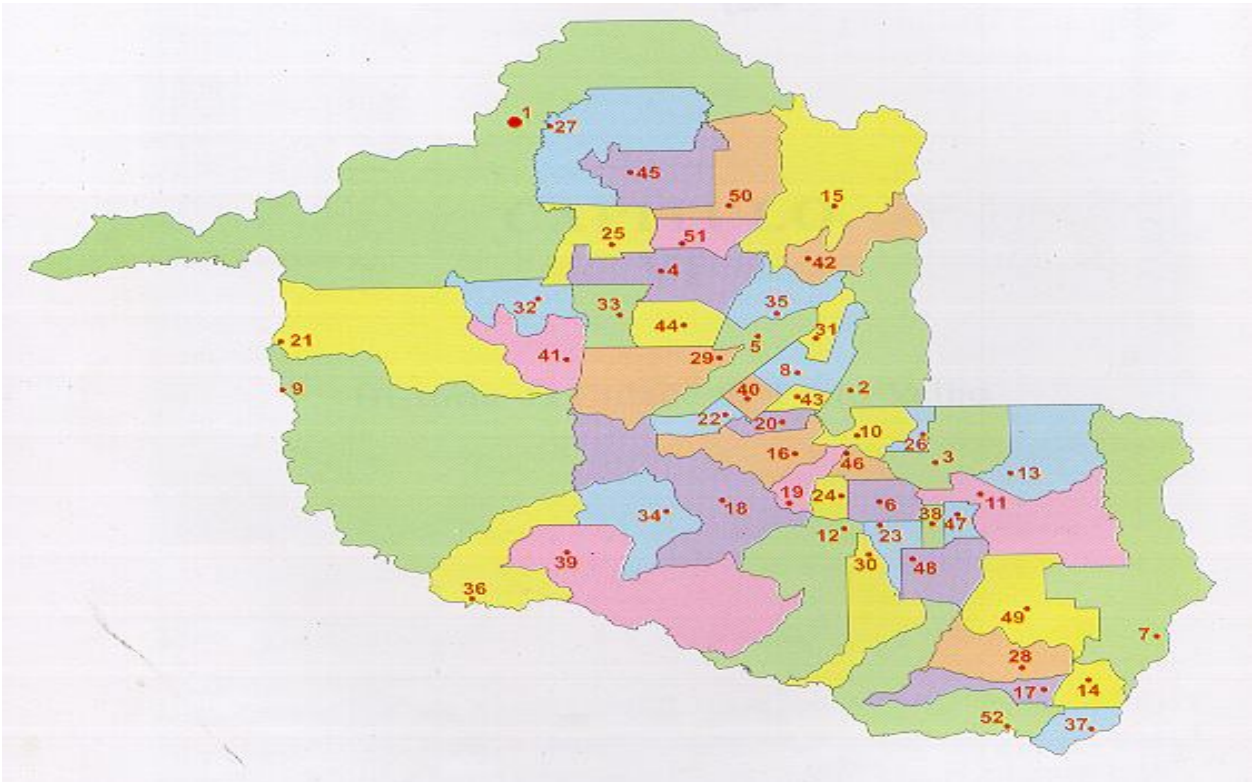
O Tucunaré, belíssimo peixe de escamas prateadas, é a grande estrela deste delicioso prato. Entre os demais ingredientes estão cheiro-verde, cebolas, pimentão, pimentas de cheiro, coentro, alho, e demais temperos escolhidos ao gosto de quem o faz. O prato é acompanhado de pirão escaldado, facilmente preparado com farinha de mandioca e o próprio caldo.

DOCE DE CUPUAÇU

Um dos frutos mais exóticos da região, o cupuaçu sempre divide opiniões entre os visitantes da Amazônia. Neste prato, que se presta a uma excelente sobremesa, a polpa da fruta é acompanhada apenas por açúcar, tendo ao final do preparo uma bela aparência de um marrom translúcido. O preparo é relativamente bastante simples: numa panela, a polpa ganha como companhia o açúcar. A “massa” é mexida em fogo alto de forma vigorosa para não grudar na panela. Depois de frio o doce pode ser servido em recipientes de vidro acompanhado de tabletes de queijo para fazer um contraponto ao marcante sabor adocicado.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| 01 – Porto Velho | 27 – Candeias do Jamari |
| 02 – Ji-Paraná | 28 – Corumbiara |
| 03 – Cacoal | 29 – Governador Jorge Teixeira |
| 04 – Ariquemes | 30 – Alto Alegre dos Parecis |
| 05 – Jaru | 31 – Vale do Paraíso |
| 06 – Rolim de Moura | 32 – Buritis |
| 07 – Vilhena | 33 – Monte Negro |
| 08 – Ouro Preto do Oeste | 34 – Seringueiras |
| 09 – Guajará-Mirim | 35 – Theobroma |
| 10 – Presidente Médici | 36 – Costa Marques |
| 11 – Pimenta Bueno | 37 – Cabixi |
| 12 – Alta Floresta do Oeste | 38 – São Felipe do Oeste |
| 13 – Espigão do Oeste | 39 – São Francisco do Guaporé |
| 14 – Colorado do Oeste | 40 – Nova União |
| 15 – Machadinho do Oeste | 41 – Campo Novo de Rondônia |
| 16 – Alvorada do Oeste | 42 – Vale do Anari |
| 17 – Cerejeiras | 43 – Teixeiraópolis |
| 18 – São Miguel do Guaporé | 44 – Cacaulândia |
| 19 – Nova Brasilândia do Oeste | 45 – Itapuã do Oeste |
| 20 - Urupá | 46 – Castanheiras |
| 21 – Nova Mamoré | 47 – Primavera de Rondônia |
| 22 – Mirante da Serra | 48 – Parecis |
| 23 – Santa Luzia do Oeste | 49 – Chupinguaia |
| 24 – Novo Horizonte do Oeste | 50 – Cujubim |
| 25 – Alto Paraíso | 51 – Rio Crespo |
| 26 – Ministro Andreazza | 52 – Pimenteiras do Oeste |



Divisão Política

BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS:

01 – PORTO VELHO

Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, está localizada à margem direita do rio Madeira, na porção norte do estado. Tem uma população aproximada de 426.558 habitantes - (Dados – IBGE – 2010) concentrada na zona urbana; a área do município é muito grande, mas a zona rural é pouco habitada devido à baixa fertilidade do solo.

Em 1907, nas margens do rio Madeira, ergueu-se um acampamento ferroviário, destinado a dar início às obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O local é o Estado do Amazonas, nos limites com o Mato Grosso. Subindo o rio Madeira, 7 km, adiante, encontra-se a primeira cachoeira, Santo Antônio e o pequeno povoado que tinha o mesmo nome. Não há mais nada, somente milhares e milhares de quilômetros de florestas e rios. O homem é aí um intruso. Um ousado que tentava estabelecer em meio a florestas, rios, doenças e

morte, as marcas da civilização. E essas marcas, símbolos da modernidade, vinham sobre trilhos. Neste cenário de desolação e natureza iniciava-se a atividade febril de construção da ferrovia que deveria unir dois extremos. Para dar início às obras, é fundado um acampamento onde são alojados máquinas, provisões e homens. Está nascendo uma cidade. Porto Velho, a Capital do Estado de Rondônia, surgiu desse acampamento, a partir dos pátios ferroviários e sob o som estridente dos apitos dos vapores que singravam o Madeira e das máquinas de ferro que corriam sobre os recém-instalados trilhos da Ferrovia. Em seu empenho de vencer a selva, os dirigentes da estrada de ferro Madeira-Mamoré construíram uma “ilha” de organização em meio aos horrores da selva amazônica. Para que as obras da ferrovia tivessem êxito, era necessário não perder de vista os parâmetros da civilização, do progresso e da modernidade capitalista. Assim se iniciou a construção da cidade de Porto Velho.

02 – JI-PARANÁ

Localizado no vale do rio Ji-Paraná, sua sede e a cidade do mesmo nome, situada na confluência do citado rio Urupá. A área hoje limitada pelo município, começou a ser ocupada pelos nordestinos transmudados em seringueiros, a partir do século XIX que, enfrentando a oposição aguerrida dos Muras (Parintins), Urupás e Jarus, penetraram no rio Ji-Paraná a partir de sua foz no rio Madeira, em Calama, na exploração e produção de borracha, alcançaram os seus médio e alto curso, estabelecendo-se em seringais. Ao lugarejo em torno dos barracões sede dos seringais do Vale do Urupá, o denominaram com este nome, pelo qual ficou conhecido nas transações comerciais dos centros abastecedores (casas aviadoras) desses seringais, em Manaus e Belém. Em 1909 a Comissão Rondon ao atingir a foz do rio Urupá, no lugarejo existente, o Tenente Coronel Mariano da Silva Rondon, instalou um posto telegráfico, denominando-o Presidente Afonso Pena em homenagem ao então Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena. Nome que gradativamente se impõe, substituindo o de Urupá.

O estágio de desenvolvimento atingido pela Vila e sua área de influência e fez ser elevada a categoria de Município, através da Lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977 com a denominação de Ji-Paraná, em homenagem ao caudaloso rio Ji-Paraná que atravessa toda sua área de Sul para o Norte, dividindo a cidade de Ji-Paraná sua sede político-administrativa em dois setores urbanos.

03 - CACOAL

O nome Cacoal originou-se dessa denominação dada ao local pelo senhor Anísio Serrão de Carvalho, guarda fies da Comissão Rondon, que acatando as recomendações de seu chefe, o Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, ali se instalou em 1912, construindo uma casa e requerendo de Mato Grosso, as terras adjacentes para sua posse. A denominação data a localidade deveu-se à abundância de cacaeiros nativos existentes em sua floresta.

Por este nome, ficou conhecido o local pelos seringueiros que ali moravam e pelos garimpeiros de diamante que por eles passam rumo aos Rios Comemoração de Floriano e Apidiá (Pimenta Bueno), tendo sido oficializado ao ser a localidade elevada à categoria de município, pela Lei n.º 6448 de 11 de outubro de 1977, com a denominação de Cacoal.

04 - ARIQUEMES

O vale do Jamari onde se localiza hoje, o Município de Ariquemes era conhecido desde o século XVIII, pela abundância de cacaeiros nativos de suas florestas. Em 1749 o sargento-Mor Luiz Fagundes Machado, auxiliado pelo piloto Antônio Nunes de Souza e o sertanista João de Souza Azevedo, chefiando uma expedição de cento e cinquenta homens, explorou a bacia do rio Jamari, por ordem do governador da Capitania do Grão Pará.

No início do Séc. XX quando a Comissão de Linhas Telegráficas Mato Grosso/Amazonas, chefiada pelo Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, alcançou o rio Jamari no local onde se localiza Ariquemes, encontrou a sede do seringal Papagaios de propriedade do Coronel Borges S. do Carmo, aí instalou um posto telegráfico, denominando-o Ariquemes, em homenagem à nação indígena dos Ahopôvo a qual os Urupás seus inimigos apelidavam de Arikemes. O nome da estação telegráfico “Ariquemes” estendeu-se a toda localidade.

Criado em 1943, o Território Federal do Guaporé passou a fazer parte do município de Porto Velho, como distrito de Ariquemes.

O progresso e o desenvolvimento de Ariquemes ocorreram a partir de 1958 com a descoberta a exploração da cassiterita (minério de estanho, e da implantação dos Projetos Integrados de Colonização do INCRA em 1970), atraindo para sua área o fluxo migratório de colonos oriundos das regiões Centro-Sul do País, dedicando-se à agricultura e à pecuária. Sua expansão induziu o Prefeito Municipal

de Porto Velho, Antônio Carlos Cabral Carpintero, a determinar a mudança da sede do Distrito, da antiga vila para outro local, onde iniciou a instalação de uma cidade planejada dividida em quatro setores, o institucional, o comercial, o industrial e residencial, surgindo a Nova Ariquemes que passou a ser sede do Município de Ariquemes, criado pela Lei n.º 6448 de 11 de outubro de 1977.

05 – JARU

A cidade de Jarú, sede do Município do mesmo nome, situada no vale do rio Jarú, surgiu em torno de um dos postos telegráficos instalado em 1912 pela Comissão da Linha Telegráfica Estratégica Mato Grosso/Amazonas, chefiada pelo então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon. Porém o vale do rio Jarú era ocupado pelos seringais e seringueiros desde o século XIX, apesar da resistência imposta pela nação dos Jarus, que a tinham sob seu domínio, ocupando uma extensa área que se estendia desde o rio Jarú afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná, até as margens do alto curso do rio Madeira. Em 1950, a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do rio Madeira. Em 1915 a Comissão Rondon procedeu à exploração de estudos do rio Jarú, mantendo este nome em homenagem aos seus primitivos habitantes os Jarus.

A ocupação atual do vale do Jarú ocorreu a partir de 1975, com a instalação do Projeto Integrado de Colonização “Padre Adolpho Rohl” pelo INCRA, para assentamentos de colonos oriundos principalmente das regiões Centro Sul do país.

O seu desenvolvimento demográfico e econômico resultou na elevação da área do Projeto, a categoria de Município tendo a localidade de Jarú, como sede municipal elevada e categoria de cidade.

O município criado pela Lei n.º 6.921, de 16 de junho de 1981, recebeu o nome de Jarú, em homenagem ao rio e à nação indígena dos Jarus.

06 - ROLIM DE MOURA

Originou-se do Projeto de Colonização Rolim de Moura implantado na área pelo INCRA, destinado ao assentamento de colonos excedentes do Projeto Ji-Paraná. O nome do Projeto derivou-se do nome do rio Rolim de Moura, denominação dada pelo Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, chefe da Comissão das Linhas Telegráficas. Mato Grosso/Amazonas, ao descobri-lo em 1909, em homenagem ao Visconde de Azambuja Dom Antônio Rolim de Moura

Tavares, Capitão General, primeiro Governador da Capitania de Mato Grosso, no período de 1748 a 1763. Entre seus feitos, destacam-se a construção de Vila Bela da Santíssima Trindade, sede da Capitania (1ª cidade artificial, planejada do Brasil) construção do fortim de conceição do rio Guaporé, nas proximidades das atuais ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, destruição da povoação espanhola de São Miguel, na margem esquerda do rio Guaporé e expulsão de sua guarnição militar para o interior da Bolívia, então Vice-Reino do Peru.

Nome mantido ao ser a região elevada à categoria de Município, através do Decreto Lei Estadual n.º 071, de 05 de agosto de 1983.

07 - VILHENA

A área hoje delimitada pelo município de Vilhena foi alcançada pelo Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão de Construção da Linha Telegráfica de Mato-Grosso - Amazonas, em 1909, comandando uma expedição de quarenta e duas pessoas. Estabeleceu acompanhamento na região para estudar seu ecossistema e seus habitantes indígenas.

Implantou uma estação telegráfica, às margens do rio Piraculino, por ele descoberto e assim denominado, distante uns 5 quilômetros da atual cidade de Vilhena.

Os campos Gerais ou Chapadão do Reino dos Parecis, como lhe denominava os bandeirantes, como Antônio Pires, Paz de Barro e outros que desde 1718, o perlustraram na cata de ouro e preando índios, passou a ser conhecido como Vilhena. O nome dado à estação telegráfica, por Rondon, em homenagem a Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, maranhense que, em 1890, foi nomeado engenheiro chefe da organização da Carta Telegráfica da República. E em 1900, Diretor Geral dos Telégrafos, cargo no qual se aposentou em 1902. Faleceu em 1904, na cidade de Fortaleza, Capital do Ceará.

A estação telegráfica foi transferida em 12 de outubro de 1910, para novas instalações, na casa atualmente conhecida por “Casa de Rondon”.

O pequeno povoado que começou a se formar a partir dos primeiros anos da década de sessenta, nas proximidades do igarapé Pires de Sá, em decorrência da construção da rodovia BR 29, atual BR 364 e de um campo de aviação com pista asfáltica, para receber o Presidente da República Juscelino

Kubitschek de Oliveira, quando pessoalmente veio ao local inaugurar a rodovia Brasília-Acre (em 29.09.1960).

Em Vilhena, o campo de aviação construída pela empresa Camargo Correia, uma das empreiteiras da construção da rodovia, além de servir aos seus aviões, tornou-se ponto de apoio aos aviões do Correio Aéreo Nacional, da Viação Aérea São Paulo/VASP e do Cruzeiro do Sul. Passou a sediar um destacamento da Força Aérea Brasileira e o Governo do Território construiu na localidade um hospital.

Vilhena passou a se desenvolver rapidamente transformando-se em importante polo comercial e industrial, sendo elevada à categoria de município em 1977.

08 - OURO PRETO DO OESTE

Ouro Preto do Oeste teve origem do primeiro Projeto Integrado de Colonização, implantado em 1970, pelo INCRA para assentamento de colonos migrados das regiões Centro-Sudestes-Sul, do País. Porém desde o século XIX, os seringueiros do rio Urupá extraíam borracha e colhiam castanha em suas florestas.

A sede do Projeto foi localizada à margem da rodovia BR 364, distante 40 quilômetros da Vila de Rondônia, hoje cidade de Ji-Paraná, sendo denominada Ouro Preto, em homenagem a serra e seringal com esse nome, situados na área delimitada pelo Projeto de Colonização.

O núcleo inicial e suas adjacências desenvolveram-se rapidamente, aumentando a sua população, a produção agropastoril, o comércio e a indústria, atingindo expressiva importância social e econômica, sendo elevada a categoria de município pela Lei n.º 6.921, de 16 de julho de 1981, desmembrado do município de Ji-Paraná.

09 – GUAJARÁ-MIRIM

O nome do município de Guajará-Mirim é de origem indígena significando Cachoeira (Guajará) pequena (Mirim), assim já era conhecido o local desde o século XVIII, como um dos pontos de referência geográfica na rota Santa Maria Belém do Pará/Vila Bela da Santíssima Trindade em Mato Grosso. No início do século XX tornou-se mais conhecida ao ser o local escolhido para o ponto terminal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. (Concluída em 30 de abril de 1912 e inaugurada oficialmente em 1º de agosto deste mesmo ano).

No dia 12 de junho de 1928, o povoado de Guajará-Mirim era elevado à categoria de cidade, passando a ser a sede do município do mesmo nome, através da Lei n.º 991, do Governo do Estado do Mato Grosso. A instalação do município ocorreu em 10 de abril de 1929.

Em 1943, passou a constituir-se parte integrante do Território Federal do Guaporé (Rondônia), nas condições de Município, ostentando o seu nome original de Guajará-Mirim.

10 - PRESIDENTE MÉDICI

A cidade de Presidente Médici é o município de igual denominação do qual é sede político-administrativa, foi dada pelos migrantes oriundos das regiões Centro-Sul do país, que aí se estabeleceram a partir de 1970, contra a vontade do senhor Milton de Andrade Rios que os tinha como grileiros, invasores das terras que considerava serem de sua propriedade, visto tê-las adquiridas do senhor Luiz Mário Pereira de Almeida, como parte integrante do Sr. Presidente Hermes, situados entre os igarapés Preto e Leitão denominado Fazenda Presidente Hermes, pelo seu novo proprietário.

Os primeiros colonos chegaram ao local na margem da BR 364, na década de sessenta, instalaram-se em apenas quatro barracas no meio do lamaçal, dando-lhe o nome de Trinta e Três, por distar 33 quilômetros da Vila de Rondônia, atual cidade de Ji-Paraná. Seus moradores, todos agricultores, socorriam de alguma forma os motoristas e passageiros das viaturas que ficavam retidas em um imenso atoleiro conhecido por Muqui, nas proximidades do rio com este nome. O lugarejo crescia em número de habitantes e casas com a chegada de novos colonos que nele se estabeleciam, apesar da situação litigiosa. No primeiro semestre de 1972, sua população atingia mais de 800 habitantes e os ônibus que ligavam Cuiabá-MT a Porto Velho-RO, faziam ponto de parada no local, agora com aspecto de Vila e com dois nomes: Nova Jerusalém e Nova Canaã, ostentados em placas distintas colocadas pelos líderes de cada grupo de agricultores em frente de suas respectivas casas. Ainda nesse ano, os colonos realizaram eleição para escolher a um único nome para localidade, sendo posta em votação os dois supracitados e mais Getúlio Vargas, Fátima do Norte, Cruzeiro do Sul e Presidente Médici, havendo sido escolhido esse último. Foi oficializado em 1973, ao ser o local elevado a categoria de Sub-Distrito, pelo Coronel do Exército Theodorico Gauva, na época governador de Rondônia.

Em decorrência de seu desenvolvimento socioeconômico, foi o Distrito de Presidente Médici, elevado a município em 1981, mantendo este nome, em homenagem ao Presidente da República Emílio Garrastazu Médici.

11 - PIMENTA BUENO

A cidade de Pimenta Bueno, sede do município do mesmo nome, originou-se do aglomerado de barracas de seringueiros construídas em torno do posto telegráfico, instalado em 1909, pelo Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, na confluência dos rios Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno (este último, o Apidiá dos indígenas), ambos descobertos por esse sertanista, chefe da Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso-Amazonas. O nome de Pimenta Bueno dado ao rio Apidiá por Rondon foi em homenagem a José Antônio Pimenta Bueno, Visconde e Marquês de São Vicente.

O insignificante povoado perdido na floresta teve um surto de progresso na década de cinquenta, quando ali os garimpeiros instalaram um arraial de apoio a garimpagem de diamante nos rios Comemoração, Pimenta Bueno e seus afluentes. Sendo construído campo de pouso para pequenos aviões escolas e instaladas casas comerciais.

Porém seu desenvolvimento ocorre a partir da construção da rodovia BR 364, tendo um rápido crescimento demográfico, econômico e urbano, sendo a região elevada a categoria do Município, mantendo o nome de Pimenta Bueno.

12 - ALTA FLORESTA DO OESTE

Município, com sede na cidade do mesmo nome, foi criado em 1986. Sua origem foi em consequência do avanço da frente migratória rumo ao Oeste em demanda ao Vale do Guaporé.

O pequeno núcleo populacional evoluiu rapidamente transformando-se em importante polo agrícola e comercial exigindo uma organização político-administrativa, sendo atendida com a elevação da região a categoria de Município.

13 - ESPIGÃO DO OESTE

Surgiu na década de setenta, no Projeto de Colonização organizado pelos paulistas irmãos Melhorança, dividido em lotes rurais distribuídos aos colonos por eles recrutados nas regiões Sul-Sudeste do País. A sede administrativa da empresa colonizadora denominava-se inicialmente, Itaporanga, passou

posteriormente a chamar-se Espigão do Oeste, devido ao relevo formado por inúmeros cerros.

A população de Espigão do Oeste, Núcleo pioneiro, afastado do eixo da rodovia BR 364, sofreu toda espécie de pressão, até violência policial, com o propósito de forçá-la a se retirar da região considerada como reserva dos Índios Suruí. Resistiu mantendo-se em suas glebas, transformando-se em centros de produção agrícola e pecuária e o incipiente aglomerado populacional em progressista e importante núcleo urbano, sendo elevada à categoria de município em 1981.

14 - COLORADO DO OESTE

A cidade de Colorado do Oeste teve origem da sede do Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro, nome dado a este, em memória ao piloto de helicóptero morto em acidente aéreo, em serviço no Vale de Colorado.

Este Projeto de Colonização implantado pelo INCRA tinha por finalidade assentar os migrantes que chegavam a Vilhena.

A sede administrativa do Projeto transformou-se em polo comercial com grande raio de influência e importância econômica, sendo o centro de comercialização e abastecimento das propriedades agropastoris de uma vasta área rural.

Pelo desenvolvimento sócio-econômico alcançado, foi elevado a região, em 1981 a categoria de município, com a denominação de Colorado do oeste, tendo por sede administrativa a cidade do mesmo nome.

Denominação dada à cidade e ao município em homenagem ao rio Colorado, no vale do qual ficam suas bases geográficas.

15 - MACHADINHO DO OESTE

A cidade de Machadinho, sede do Município do mesmo, surgiu de um dos Projetos de Colonização do INCRA no Município de Ariquemes, do qual foi desmembrado. Situava-se no vale do rio Ji-Paraná, tendo todo o seu território atravessado de Sul para o Norte pelo rio Ji-Paraná, tendo todo o seu território atravessado de Sul para o Norte pelo rio Ji-Paraná.

Seu rápido crescimento populacional e desenvolvimento econômico, decorrente das atividades agrícolas, exigiu a sua autonomia política e administrativa. A área do Projeto Integrado de Colonização Machadinho foi elevado a categoria de

Município, com sede no povoado do mesmo nome com status de cidade. O seu nome é em homenagem do rio Machadinho, afluente da margem esquerda do rio Ji-Paraná.

16 – ALVORADA DO OESTE

Alvorada do Oeste surgiu da interiorização dos colonos dos municípios de Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici, expandindo-se na direção do Oeste, em busca de terras agricultáveis, localizando-se na Chapada dos Parecis. O núcleo urbano surgido teve rápido crescimento econômico e populacional, sendo por tal, elevado à categoria de município.

17 - CEREJEIRAS

O município e cidade do mesmo nome tiveram origem do Distrito de Cerejeiras que, por seu desenvolvimento econômico, crescimento demográfico e social, foi elevado à categoria de município, desmembrando-se de Colorado do Oeste, em 1983.

O seu nome é em homenagem a essa importante espécie vegetal de alto valor comercial, abundante nas florestas da área do Município.

18 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Surgiu do povoado assentado nas proximidades do rio São Miguel, por colonos vindos principalmente dos municípios de Rolim de Moura e Presidente Médici.

O núcleo populacional desenvolveu-se rapidamente como polo agrícola e pecuário, localizado na chapada dos Parecis entre as áreas de influência da BR 364 e do vale do Guaporé. Por seu crescimento demográfico e econômico, foi em 1988, elevado à categoria de município, desmembrando-se do município de Costa Marques, com o nome de São Miguel. Denominado assim, em homenagem ao rio São Miguel, o mais importante na área fisiográfica do município.

19 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

Cidade e município do mesmo nome, surgiu da expansão das frentes migratórias das regiões Centro-Sul do País, expandindo-se de Presidente Médici, no eixo da rodovia BR 364, na direção do oeste, rumo ao vale do Guaporé, em busca de terras férteis propícias à agricultura. Seu nome é em homenagem à Brasília,

cidade também pioneira interiorizada no Planalto Central Brasileiro, da mesma forma que Nova Brasilândia, Núcleo Populacional Urbano, interiorizado na Chapada dos Parecis, implantado pela coragem e trabalho dos novos pioneiros, desbravadores da Amazônia Ocidental.

O rápido desenvolvimento socioeconômico alcançado pelo núcleo populacional resultou em sua elevação à categoria de município.

20 – URUPÁ

Foi criado pela Lei n.º 368, de 13 de fevereiro de 1992, o seu nome é em homenagem ao rio Urupá, importante afluente do rio Ji-Paraná. Sua origem é do NUAR Urupá integrante do Projeto de Colonização Ouro Preto/INCRA.

É destacado polo agrícola e pecuário.

21 - NOVA MAMORÉ

O município de Nova Mamoré, seu nome teve origem do fato circunstancial dos moradores de Vila Murtinho, por necessidade de fugir do isolamento a que foram relegados com a desativação da ferrovia Madeira-Mamoré, mudaram-se para outro local à margem da rodovia BR 425 (Guajará-Mirim/Abunã), o qual denominaram de Vila Nova, provavelmente em alusão à vida nova que iniciavam no local escolhido para fazerem ressurgir a antiga morada que por circunstâncias adversas foram induzidos a abandoná-la.

O povoado expandiu-se rapidamente, tornando-se distrito do Município de Guajará-Mirim, para em seguida ser elevado à categoria de Município, mantendo o nome de Vila Nova acrescido da localização geográfica, ficando sua denominação oficial, Vila Nova do Mamoré.

22 - MIRANTE DA SERRA

Surgiu do NUAR Mirante da Serra, integrante do Projeto de Colonização Ouro Preto/INCRA. Tornando-se importante centro produtor agrícola, atingindo relevante destaque social e econômico, foi transformado em município pela Lei n.º 369, de 13 de fevereiro de 1992. Seu nome é em homenagem a serra do Mirante, acidente do relevo do seu território.

23 - SANTA LUZIA DO OESTE

Cidade sede do município do mesmo nome, surgiu da expansão de colonos de Rolim de Moura em direção ao Vale do Guaporé. O povoado teve rápido crescimento demográfico e econômico, transformando em importante centro de produção agrícola, sendo elevada à categoria de Município em 1986.

24 - NOVO HORIZONTE DO OESTE

Criado pela Lei n.º 365, de 13 de fevereiro de 1992, originou o NUAR dessa mesma denominação, integrante do projeto de colonização Rolim de Moura. O pequeno núcleo inicial teve rápido desenvolvimento sócio-econômico graças à dedicação ao trabalho na agricultura e pecuária principalmente, pelos pioneiros seus fundadores. O destaque alcançado como centro de alta produtividade de agropecuário foi fator decisivo para sua transformação em município.

25 - ALTO PARAÍSO

Originou-se do NUAR (Núcleo Urbano de Apoio Rural) Marechal Dutra um dos projetos de assentamento de colonos do INCRA. O nome Alto Paraíso deve-se ao deslumbramento dos colonos ante à beleza da pujante floresta descortinada do topo de uma elevação de relevo do terreno, associando essa paisagem à ideia do que teria sido o Éden dos primórdios da humanidade. Denominando o núcleo ali surgido de Alto Paraíso e com o qual foi criado o município pela Lei n.º 375, de 13 de fevereiro de 1992 .

26 - MINISTRO ANDREAZZA

Criado pela Lei n.º 372, de 13 de fevereiro de 1992. Com este nome em homenagem ao Ministro Mário Andreazza em reconhecimento a sua direta participação na elevação de Rondônia à categoria de Estado. O município surgiu do NUAR Nova Brasília integrante do Projeto de Colonização Ji-Paraná/INCRA. É destacado pela agropecuária.

27 - CANDEIAS DO JAMARI

Tem sua origem oficial a ser instalado no local pertencente ao município de Alto Madeira com sede em Santo Antônio, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, um Distrito Policial criado pelo Ato n.º 2.213, de 14 de novembro de 1939. O insignificante lugarejo, à margem direita do rio Candeias, servia de ponto de

estacionamento de quem se dirija para os seringais do alto rio Candeias, bem como de depósito de borracha que desciam o rio, pois o lugarejo fica no ponto de cruzamento da rodovia Mato-Grosso - Amazonas nesse rio, facilitando o transporte de produção para Porto Velho ou para Cachoeira de Samuel onde aportavam as gaiolas e as outras embarcações de menor porte vindos de Manaus e para onde retornavam.

Somente no final da década de setenta foi que o Candeias começou a expandir o seu núcleo urbano, a agricultura, o comércio e o turismo que proporcionam as praias do rio Candeias. O seu rápido desenvolvimento permitiu a sua elevação a município pela Lei n.º 363, de 13 de fevereiro de 1992.

28 - CORUMBIARA

Originou do NUAR Nova Esperança, integrante do Projeto de Colonização Paulo Assis Ribeiro/ INCRA. Tornando-se destacado núcleo agropecuária, com expressivo desenvolvimento sócio-econômico, foi elevado a município pela Lei n.º 377, de 13 de fevereiro de 1992, com a denominação de Corumbiara em homenagem a esse importante rio afluente da margem direita do rio Guaporé.

29 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

Criado pela Lei n.º 373, de 13 de fevereiro de 1992, com este nome em homenagem ao Governador Jorge Teixeira de Oliveira, criador do Estado de Rondônia e seu primeiro governante. O município surgiu do NUAR integrante do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl. É importante centro econômico agropecuário.

30 - ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Criado pela Lei n.º 570, de 22 de junho de 1.994, fica situado na região sul, originou-se de um núcleo agropecuário, na Chapada dos Parecis. O seu nome deriva-se da beleza natural do local que entusiasmou seus fundadores dando-lhe essa denominação.

31 - VALE DO PARAÍSO

Surgiu do NUAR Vale do Paraíso, integrante do Projeto de Colonização Ouro Preto/NUAR. O seu nome é originado do Igarapé Paraíso em cujo vale fica localizada a cidade sede do novo município pela Lei n.º 367, de 13 de fevereiro de 1992.

32 - BURITIS

Criado pela Lei n.º 649, de 27 de dezembro de 1995, situado na região Sul do Estado, surgiu de um núcleo agropecuário. O seu nome deriva-se da denominação de uma ave da fauna da região de Chupim.

33 - MONTE NEGRO

Teve origem do NUAR Boa Vista, integrante do Projeto de Colonização Marechal Dutra/INCRA. O seu desenvolvimento socioeconômico proporcionou-lhe as condições de ser transformado em município pela Lei n.º 378, de 13 de fevereiro de 1992, com denominação de Monte Negro, em homenagem a um acidente do relevo do seu território com esse nome.

34 – SERINGUEIRAS

Criada pela lei n.º 370, de 13 de fevereiro de 1992, seu nome é uma homenagem à Hévea Brasiliense cuja exploração consolidou a posse da Amazônia e sua integração ao Território Nacional. E sendo a bacia do rio São Miguel no espaço geográfico do município uma área rica em seringueiras explorada desde o século XIX, nada mais justa a homenagem prestada. O município surgiu do NUAR Bom Princípio, integrante do Projeto de Colonização do mesmo nome. É importante pela agropecuária.

35 - THEOBROMA

Surgiu do NUAR Theobroma, integrante do Projeto de Colonização Padre Adolfo Rohl. O seu desenvolvimento econômico como polo cacauero proporcionou-lhe as condições de ser transformado em município pela Lei n.º 371, de 13 de fevereiro de 1992. O seu nome é em homenagem ao cacau, cuja denominação científica é Theobroma.

36 - COSTA MARQUES

Surgiu da elevação do distrito de Costa Marques a categoria de município em 1981, desmembrando-se do município de Guajará-Mirim. Sua base geográfica fica no vale do rio Guaporé, sendo sua sede administrativa a cidade mais importante na margem desse rio.

A região limitada pelo município começou a ser ocupada a partir do fim do século XVII, intensificando-se no século XVIII, inicialmente nela se estabeleceram os espanhóis fundando as missões de São Simão, na foz do rio Corumbiara, e de São Miguel na foz desse rio e de Santa Rosa, a uns 4 quilômetros abaixo da atual cidade de Costa Marques.

A denominação de Costa Marques à localidade foi dada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, em homenagem ao homem público Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, sexto presidente desse Estado no período de 1911 a 1915.

Ao ser elevado o distrito de Costa Marques a município manteve esta denominação.

37 - CABIXI

O município de Cabixi teve origem ao distrito do mesmo nome desmembrado do município de Colorado do Oeste; em 1988, pela importância social e econômica, alcançada pela área por ele limitada. Sua base demográfica integra os vales dos rios Cabixi e Guaporé. Seus primitivos habitantes, os índios Cabixis foram ali encontrados pelos bandeirantes paulistas no século XVII e pela Comissão Rondon em 1909.

O nome da cidade de Cabixi e do município do qual é sede, é em homenagem aos primitivos habitantes, dos quais o rio emprestou o nome.

38 - SÃO FELIPE DO OESTE

Criado pela Lei n.º 567, de 22 de junho de 1994, fica situado na região centro-sul do Estado, originou-se de um núcleo agropecuário denominado por seus fundadores com nome de santo de sua devoção.

39 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Criado pela Lei n.º 644, de 276 de dezembro de 1995, fica situado no Vale do Guaporé. Surgiu de um núcleo agropecuário. O seu nome foi dado por seus fundadores em homenagem ao santo de sua devoção.

40 – NOVA UNIÃO

Criado pela Lei n.º 566, de 20 de junho de 1994, situado na região central do Estado, surgiu de um Núcleo agropecuário. Sua denominação é uma alusão ao esforço a união de seus fundadores em prol do seu desenvolvimento.

41 - CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

Surgiu de um núcleo de garimpagem, no qual foi construído um campo de pouso para pequenos aviões. O lugar passou a ter como referencial a nova pista de pouso. As pessoas denominavam o lugar para eles se dirigirem ao enviar correspondência, com o nome de “Campo Novo”. Por sua evolução socioeconômico, foi transformado em município pela Lei n.º 379 de 13 de fevereiro de 1992, com a denominação de Campo Novo de Rondônia.

42 - VALE DO ANARI

Criado pela Lei n.º 572, de 22 de junho de 1994, surgiu de um núcleo agropecuário. Fica situado na região Leste do Estado. O seu nome é em homenagem ao rio Anari, no vale do qual se localiza o município.

43 - TEIXEIRÓPOLIS

Criado pela Lei n.º 571, de 22 de junho de 1994, surgiu de um núcleo agropecuário, situado na região central do Estado. O seu nome é uma homenagem ao Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro Governador do Estado de Rondônia.

44 - CACAULÂNDIA

Teve sua origem do NUAR (Núcleo Urbano de Apoio Rural) com essa denominação, integrante do projeto Marechal Rondon de assentamento de colonos do INCRA. Situado na zona cacauífera o núcleo desenvolveu-se rapidamente tendo por sustentação econômica a produção e comercialização de cacau. Foi elevado a município com o nome de Cacaulândia, pela Lei n.º 374, de 13 de fevereiro de 1992.

45 – ITAPUÃ DO OESTE

Surgiu de um povoado à margem da rodovia BR 364, a 105 quilômetros de Porto Velho, denominado Itapuã do Oeste.

O lugarejo teve rápido progresso econômico e social, proporcionando-lhe as condições de ser elevado a município, o que ocorreu através da Lei n.º 364, de 13 de fevereiro de 1992, com a denominação de Jamari, em homenagem a esse importante rio afluente da margem direita do rio Madeira, o qual atravessa o referido município. Nome sugerido pelo Deputado Amizael Gomes da Silva, justificando a sua sugestão com a premissa de que os municípios a serem criados devem ostentarem nomes que se identifique com a história, a geografia e a cultura de Rondônia.

46 - CASTANHEIRAS

Surgiu do NUAR União da Vitória integrante do Projeto de colonização Rolim de Moura que se tornou destacado pela agropecuária, sendo elevada a município pela Lei n.º 366, de 13 de fevereiro de 1992, com o nome de Castanheiras, escolhido pelo Deputado Amizael Gomes da Silva, relator da constituição do Estado, por ser o espaço demográfico do município abundante dessas belas e importantes árvores da Hilea Amazônica.

47 - PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Criado pela Lei n.º 569, de 22 de junho de 1994, situado na região Centro-Sul do Estado, originou-se de um núcleo agropecuário denominado por seus fundadores com o nome de Primavera.

48 - PARECIS

Criado pela Lei n.º 573, de 22 de junho de 1994, situado na região sul na Chapada dos Parecis, surgiu de um núcleo agropecuário. Seu nome é em homenagem à nação indígena com essa denominação.

49 – CHUPINGUAIA

Um município muito jovem, localizado a 90 quilômetros de Vilhena, no Cone Sul do Estado, foi desmembrado dos municípios de Vilhena e Pimenta Bueno. Tem a característica de grandes planícies, abrigando as maiores áreas para a

pecuária do Estado com fazendas enormes que chegam a ter 50 a 100 mil cabeças de gado, exportando carne para toda a região. Foi criado em 27 de dezembro de 1995 pela Lei Estadual nº 643. A contagem da população de 1996, do Censo Demográfico do IBGE, apontou o total de 4.138 habitantes no município.

50 - CUJUBIM

Criado pela Lei n.º 568, de 22 de junho de 1994, originou-se de um núcleo agropecuário de cassiterita na área de influência de Ariquemes. O seu nome é em homenagem a uma ave da fauna amazônica, muito comum nas selvas de Rondônia.

51 - RIO CRESPO

Criado pela Lei n.º 376, de 13 de fevereiro de 1992, com este nome em homenagem ao rio Preto do Crespo. Surgiu do NUAR Cafelândia, integrante do Projeto de Colonização Mal. Deodoro/INCRA. É importante polo agrícola e pecuário.

52 - PIMENTEIRAS DO OESTE

Criado pela Lei n.º 645, de 27 de dezembro de 1995, situado na região sul do Estado, no Vale do Rio Guaporé, na margem deste rio, na fronteira com a república da Bolívia. Por sua beleza natural, transformou-se em um dos polos turístico do Estado. O local já era habitado desde o século XVII, primeiro pelos bandeirantes paulistas, depois pelos seringueiros no século XIX e segunda metade do século XX.

SÍMBOLOS DO ESTADO

1. BANDEIRA



Um dos principais símbolos do Estado de Rondônia, a bandeira foi instituída pelo Decreto nº 007, datado de 31 de dezembro de 1981, e seu desenho foi escolhido em um concurso público onde o arquiteto portovelhense Sílvio Carvajal Feitosa teve sua proposta aprovada.

Esta bandeira representa o estado. Além da Bandeira temos o Brasão de Armas e o Hino.

A bandeira do estado apresenta quatro cores: verde, amarelo, azul e branca, as mesmas da bandeira do Brasil. Cada cor tem um significado. A estrela branca representa Rondônia, estado.

Composta pelas quatro cores do Pavilhão Nacional, a bandeira sintetiza a própria criação do novo Estado e dá sentido às potencialidades vegetal e mineral de Rondônia. Retangular, o campo azul ocupa a metade superior no sentido longitudinal, tendo uma estrela branca (prata-estanho) de cinco pontas equidistantes no meio do quadrilátero.

O verde do triângulo representa a nossa floresta, ou seja, a floresta Amazônica. O amarelo dos dois triângulos representa o nosso ouro, a riqueza de nossa terra. O azul do retângulo representa o céu, com a linha do horizonte representando a paz.

O campo verde ocupa a área formada pelas diagonais que partem as arestas inferiores do retângulo até as pontas inferiores da estrela, e daí ao centro. Já

os campos amarelos (ouro) são os dois polígonos iguais consequentes, a direita e a esquerda da estrela. Wezen (nome de origem árabe e significa "peso") é o nome da estrela da constelação de Cão Maior, estampada na bandeira simbolizando o Estado de Rondônia, também representada na bandeira nacional.

2. BRASÃO DE ARMAS

Este é o brasão de armas do estado. É usado na correspondência e nos papéis oficiais do governo do estado.



O escudo de armas do Estado de Rondônia é formado por um quadrado central azul com quatro cantos em forma de losângulo, contornado por linhas em vermelho, representando o formato das muralhas do Real Forte Príncipe da Beira, fortaleza esta construída pelo reino de Portugal entre 1776 e 1783, às margens do rio Guaporé (fronteira entre o Brasil e a Bolívia).

No brasão constam os números: 1943 à esquerda, que representa o ano da criação do Território Federal do Guaporé; 1981, à direita, significa o ano em que o Estado foi emancipado.

Os trilhos em forma de "U" representam a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cercado ao lado esquerdo por um ramo de café e, à direita, por um ramo de cacau, produtos esses produzidos na região.

3. O HINO

Este hino retrata as lutas dos pioneiros que aqui chegaram e muito trabalharam para o engrandecimento desta terra.

Ao cantarmos o hino do estado ou o hino nacional devemos ficar em posição de sentido, em sinal de respeito.

Título: “Céus de Rondônia”

Letra: Joaquim Araújo de Lima
Música: José de Melo e Silva

Quando nosso céu se faz moldura,
Para engalantar a natureza
Nós, os bandeirantes de Rondônia,
Nos orgulhamos de tanta beleza.

Como sentinelas avançadas,
Somos destemidos pioneiros
Que nestas paragens do poente
Gritam com força: somos brasileiros!

Nesta fronteira, de nossa Pátria,
Rondônia trabalha febrilmente
Nas oficinas e nas escolas
A orquestração empolga toda gente

Braços e mentes forjam cantando
A apoteose deste rincão
Que com orgulho exaltaremos,
Enquanto nos palpita o coração.

Azul, nosso céu é sempre azul
Que Deus o mantenha sem rival,
Cristalino sempre puro
E o conserve sempre assim.

Aqui toda a vida se engalana
De beleza tropical
Nossos lagos, nossos rios,
Nossas matas, tudo enfim... (bis)

BIBLIOGRAFIA

Goes, Hercules. ***A Odisseia da ocupação Amazônica. Rondônia Terra de Migrantes – História de Sucesso*** . Editora Ecoturismo. Edição III – Porto Velho, 1997.

Lima, Maria C. O. ***Conheça um Estado - Rondônia***. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1990.

Oliveira, Ovídio A. ***Historia – Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia***. Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, Porto Velho, 1999.

IBGE – **Produção da vegetação e da silvicultura**.

IBGE – **Anuário Estatístico do Brasil – 1997**.

FIERO, Rondônia – **Perfil e diretrizes de desenvolvimento industrial e de infraestrutura**. Porto Velho. Edigral, 1995.

FIERO, Rondônia – **Perfil sócio-econômico e industrial. Porto Velho**, 1997.

Lima, Abnael Machado de. Terras de Rondônia: **Aspectos físicos e humanos do Estado de Rondônia**. Porto Velho. Off-7 Edição Gráfica Ltda., 1997.

Procópio, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação**. São Paulo. Ed. Alfa-Ômega, 1992.

SITES

[http://www.almanaque Abril 2002.com](http://www.almanaqueAbril2002.com)

www.achetudoeregiao.com.br/ro/Historia_de_Rondonia.htm

<http://www.ibge.gov.br/home.estadistica>

<http://www.rondoniagora.com>

<http://www.Google.com> - Colaboração de texto – SETUR-RO

www.rondonia.ro.gov.br/rondonia